

**ATA N.º 0004/XIII/2022**

**Sessão Ordinária de 30/06/2022**

**1ª Reunião – 30/06/2022**

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município da Moita, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Período de Intervenção do Público;**

**2 – Período Antes da Ordem do Dia:**

**2.1 - Audição ao Primeiro-Secretário da Comissão Executiva da AML e ao Conselho de Administração da TML sobre a implementação da Carris Metropolitana;**

**2.2 - Outros assuntos de interesse relevantes;**

**3 – Período da Ordem do Dia:**

**3.1 - Apreciação do pedido de renúncia de mandato apresentado por Rui Miguel Soares Proença (n.ºs 1 e 2 do art. 8.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);**

**3.2 - Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por um período de 365 dias, apresentado por Ana Isabel Pinto Pereira (n.ºs 1 e 2 do art. 7.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);**

**3.3 - Ata nº03.1.21 – XIII Mandato – 1ª reunião da sessão ordinária de 29.12.2021;**

**3.4 - Ata nº03.2.21 – XIII Mandato – 2ª reunião da sessão ordinária de 29.12.2021;**

**3.5 - Ata nº01.22 – XIII Mandato – Sessão Ordinária de 25.02.2022;**

**3.6 - Ata nº02.22 – XIII Mandato – Sessão Extraordinária de 18.03.2022;**

**3.7 - Ata nº03.22 – XIII Mandato – Sessão Ordinária de 29.04.2022;**

**3.8 - Comissão Municipal de Toponímia - alteração à distribuição da representação;**

**3.9 - Comissão Municipal de Toponímia - ratificação nominal de membro;**

**3.10 - Manutenção dos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia;**

**3.11 - Apreciação da Atividade Municipal.**

**Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:**

- Edgar Miguel Amieiro Casimiro foi substituído por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Cândida de Lurdes Gomes Vinagre foi substituída por Maria Teresa Lésico de Jesus
- Luís Manuel de Oliveira Morgado foi substituído por Carmen Maria de Mira Mafra
- Maria de Fátima Coelho Dâmaso foi substituída por Daniel José Viegas Serpa
- Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Costa, foi substituída pelo Secretário daquele Órgão, Pedro Manuel da Silva Aniceto
- Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, foi substituído pelo Secretário daquele Órgão, Miguel Carlos Póvoas Santos

**Verificação de ausências:**

- Após as verificações efetuadas não se verificaram ausências.

### **Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:**

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores Sara Daniela Rodrigues e Silva, Daniel Vaz Figueiredo, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Antes de iniciar o período de intervenção do público, quis agradecer a presença dos ilustres convidados que representam a Área Metropolitana de Lisboa e a administração dos Transportes Metropolitanos de Lisboa, que se dignaram estar aqui presentes, a dar a cara, para responder às questões que a população e os deputados municipais lhes vão colocar. Pediu que todos tivessem a máxima elevação ao colocar as questões e que o fizessem com boa atitude, e também quis lembrar que, se estivessem a falar de uma empresa de transportes privada, não estaria aqui ninguém da administração, de certeza absoluta.

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que, primeiro, iriam intervir as pessoas que têm questões a colocar sobre a atividade no concelho, passando em seguida a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimentos e, posteriormente, as pessoas cuja temática que as trouxe a esta sessão se prende com o serviço prestado pela Carris Metropolitana.

### **Sra. Rosa Paula Marques**

Começou por dizer que reside e trabalha na freguesia de Alhos vedros, sempre participou cívica e ativamente na vida social do concelho da Moita, e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que veio junto desta Assembleia manifestar o seu desagrado quanto ao estado em que está o concelho, mais especificamente a freguesia de Alhos Vedros, e não estaria aqui se aquilo que foi prometido em campanha eleitoral pelo Partido Socialista estivesse a ser cumprido. Sabe bem que “Roma e Pavia não se fizeram num só dia”, mas, no mínimo, a mudança para melhor deveria estar a ser demonstrada com ações, coisa que não está a acontecer.

Disse que ia colocar uma série de questões às quais é necessário que seja prestado esclarecimento por quem de direito, no caso, os órgãos autárquicos, porque não vale a pena enviar um e-mail pois não há resposta, algo que foi tão censurado no anterior executivo.

Relativamente ao IMI, disse que gostaria de saber qual é que é o índice de coeficiente de localização praticado na Quinta da Fonte da Prata e na Moita.

Pretende também saber para quando a limpeza do charco e da zona envolvente ao mesmo na rua Florbela Espanca, na Quinta da Fonte da Prata, uma vez que, estando num aglomerado urbano, a responsabilidade da manutenção é da Câmara Municipal da Moita, e como está a situação do parque infantil na rua António da Silveira, número dezasseis, em Alhos Vedros e a pintura dos muros da mesma rua.

Depois, e a título de informação, disse que na rua Sebastião Alves dias, na Vila Rosa, um dos pinos que foi colocado em frente à empresa Plural foi levado. Não sabe quem o tirou, mas ele já não está lá.

Sobre outro assunto, disse que é urgente e necessária uma intervenção na rua Alves redol, na Quinta da Fonte da Prata, porque existe uma passadeira que, de um lado, tem o passeio rebaixado de forma que as pessoas com mobilidade reduzida consigam passar em segurança, mas do outro lado do passeio não tem rebaixamento, é um passeio normal que é difícil de subir ou descer a quem tem mobilidade reduzida. Verificando a situação, é fácil de detetar a dificuldade de atravessar de cadeira de rodas ou com um andarilho, e enviou um e-mail no dia 3/12/2021, precisamente por ser o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, ao qual ainda não obteve resposta.

Depois perguntou para quando a limpeza das sarjetas, caixas de escoamento, esgotos pluviais e sumidouros, porque é uma operação fundamental na limpeza urbana, e quando se passa na maioria das ruas do concelho sente-se um cheiro nauseabundo, e para quando a lavagem dos contentores do lixo em

Alhos Vedros, porque não está a falar ao nível do concelho, mas sim da sua freguesia. Nesta altura do ano, já deviam ter sido feitas várias desbaratizações, desratizações e desinfestações e ainda nada disso foi feito. Na Quinta da Fonte da Prata existem baratas, ratos e ratazanas a subirem pelas escadas e pelas paredes dos prédios, pelo que perguntou se existe um plano de agendamento para estas intervenções e quais são as datas.

Perguntou também se já foi feito algo junto das operadoras de telecomunicações para que venham intervir de forma a que os cabos deixem de estar pendurados pelas ruas do concelho, se já foi feito algo junto de todos os partidos políticos para que sejam retirados todos os cartazes de campanha eleitoral, não só da última campanha, mas de outras campanhas de há anos, e qual a data prevista para a conclusão das obras de pavimentação e colocação de pinos de ferro na Quinta da Fonte da Prata, mais propriamente na avenida António Aleixo.

Depois, e para análise, perguntou se não existe a possibilidade de o cemitério de Alhos Vedros ser ativado e ficar com as mesmas condições do Alto de São Sebastião, na Moita, ou seja, as famílias poderem usufruir das campas porque, em princípio, terão as escrituras das mesmas, e se poderiam fazer um estudo e uma análise por forma a tentar uma resolução para o cemitério de Alhos Vedros, assunto sobre o qual enviou um e-mail no dia 28/03/2022 e não obteve nenhuma resposta.

Sobre a rua Florbela Espanca e a avenida António Aleixo, na Quinta da Fonte da Prata, onde há viaturas que se encontram estacionadas há mais de 60 dias, perguntou para quando serão tomadas as devidas diligências. Também aqui enviou um e-mail no dia 12/12/2021, um e-mail no dia 6/06/2022, entre outros e-mails enviados por outras pessoas, aos quais nunca recebeu resposta, e essas viaturas estão a prejudicar os moradores que necessitam do estacionamento no seu dia a dia.

Referiu ainda que as bermas da estrada para a Barra Cheia estão num estado lastimável, as pessoas que se deslocam a pé têm de andar pela estrada, porque não têm outra alternativa, e a seguir à ponte que vai do lado do Moitense existem ervas, no mínimo, com um metro de altura, e perguntou para quando será a obra do largo da igreja na Barra Cheia.

Em seguida perguntou qual a razão das contrapartidas do Lidl serem aplicadas na Moita, sendo que o mesmo está localizado em Alhos Vedros, e se o museu municipal do concelho da Moita sempre vai ser no antigo palacete do cais, em Alhos Vedros.

Depois, e não sabe se é um conselho ou se é uma recomendação, mas aconselhou o senhor Presidente da Câmara e o restante executivo a fazerem uma visita pelo concelho e não se esquecerem do Rego d'Água, do Bairro Gouveia, da Barra cheia e das Arrozeiras que, ultimamente, parecem ser as zonas mais esquecidas. O concelho parece estar ao abandono, os parques, os passeios, a erva e a relva já nem se conseguem distinguir e não sabem se estão num passeio ou no meio do mato. As ervas, as flores do campo, entre outras flores, não têm de fazer parte dos passeios, têm que estar no campo, nos descampados.

Terminou dizendo que nunca se viu o concelho neste estado, nem mesmo em tempo de pandemia, e o passado, a falta de civismo e os boicotes dos trabalhadores não servem de desculpa para tudo, até porque, no passado, já intervinha na defesa de melhor qualidade de vida das pessoas que habitam, trabalham e frequentam este concelho, principalmente na freguesia de Alhos Vedros.

### **Sr. João Augusto da Silva Henriques**

Disse que vinha, mais uma vez, e já não sabe quantas vezes já veio aqui a esta Assembleia e a reuniões da Câmara, já mandou e-mails e já veio cá trazer os e-mails, sobre uma tampa de esgoto que existe, ou existia, e essa tampa de esgoto, até à data, não foi posta, aliás, indo por partes, disse que o senhor Presidente não tem culpa, quem tem culpa é quem está a gerir os serviços.

Há cerca de 15 dias deparou-se com uma situação em que uns funcionários da Câmara estavam a colocar um tampo de esgoto na avenida Luís de Camões, na Quinta da Fonte da Prata, os quais abordou, com muita educação, e perguntou o porquê de estarem a mudar aquela tampa, e a resposta que lhe deram foi que foram mandados. Foi ao seu carro buscar as fotografias que estão na Câmara, e também na Junta de Freguesia de Alhos Vedros, e disse-lhes que era no TASSE, não era em frente à cabine telefónica, mas eles foram-se embora. Puseram uma tampa completamente nova, da qual tem fotografias, e acha que é inadmissível que um funcionário, ao ver que uma tampa está nova, vá colocar uma tampa nova, porque o que está a fazer é a queimar dinheiro à Câmara e queimar dinheiro aos munícipes.

Outra situação sobre a qual vem falar aqui há bastante tempo, e volta a referir outra vez, porque já enviou e-mails várias vezes e já cá veio várias vezes, é sobre uma tampa de esgoto junto ao número 14 na rua

Florbela Espanca de onde continuam a sair ratazanas de lá e aquilo está um perigo, porque as pessoas ao passarem ali estão sujeitas a cair lá para dentro, e a resposta que os serviços lhe deram é que não têm tempo para esses serviços, mas se assim é perguntou o que é que os funcionários da Câmara estão aqui a fazer, porque não sabe.

Outra pergunta que quis colocar ao senhor Presidente é sobre o estado da rua junto ao talho na Quinta da Fonte da Prata que, já há um ano, ainda do tempo do mandato anterior, continua toda esburacada, porque não sabe qual é a intenção, e se vão ou não vão arranjar.

Por último, disse que gostava de saber, mais uma vez, até porque o senhor Presidente fala mal do anterior executivo e diz que nunca fizeram nada, porque é que, com o atual executivo, há lixo junto aos contentores, ervas por tudo quanto é sítio, e a lavagem de contentores não existe, porque antes a Câmara tinha um carro, agora não sabe se esse carro está ou não avariado.

### **Sra. Maria Conceição Santos Oliveira Santos**

Começou por dizer que mora em Alhos Vedros há 54 anos, e que precisava de uma grande ajuda para o que se passa na sua rua, a rua da Cortiça, que é uma rua paralela à rua Duarte Pacheco, que fica perto da Praça e do novo FAVO, porque mora naquele prédio há 25 anos e tem um problema com os esgotos há 25 anos, que estão constantemente entupidos e quando pede para lhos irem desentupir dizem-lhe que não podem fazer nada.

Há alguns anos, escreveu um e-mail para a Câmara a pedir ajuda para resolverem o seu problema e o que lhe disseram foi que não podiam fazer nada porque o problema tinha sido uma má construção. Não sabe se foi uma má construção ao nível dos esgotos, se foi ao nível do prédio, não sabe o que é que se passa, só sabe é que assim como está não pode continuar, porque tem uma loja por baixo nesse prédio que está constantemente cheia de água, porque ninguém quer comprar a loja e ela está desabitada, porque uma vez que a conduta está entupida e os esgotos estão ao nível da rua, entra para dentro da loja o que faz com que tenha um esgoto a céu aberto dentro daquela loja. Agora, o que aconteceu foi que há cerca de 1 mês, e até achava que com este novo executivo, se calhar, depois de tantas reclamações e de tantos pedidos para desentupir, alguém fosse fazer uma intervenção, e qual não foi o seu espanto quando foram pavimentar a rua, pelo que deduziu que já não iam arranjar esgoto nenhum.

Depois, houve um dia em que entrou numa garagem que tem na mesma rua e, para seu espanto, tinha a caixa de esgotos cheia a transbordar e esteve 2 semanas à espera que viessem tirar as tampas de esgoto. Ligou para a Câmara para virem desentupir e disseram-lhe que não podiam porque tinham a tampa de esgoto tapada pelo alcatrão, e foi preciso ligar para a Câmara e falar com a engenheira para, no outro dia, estarem a partir as tampas e a arranjar para conseguirem desentupir e pôr as tampas. Realmente, os funcionários que lá foram, com algumas manobras, conseguiram libertar alguma coisa e aquilo baixou um pouco, mas quando continuou com a água dentro da garagem e da loja, e foi preciso voltar a ligar 2 dias depois para virem desentupir, e o que acontece é que tem o esgoto cheio de porcaria e precisa que o camião cisterna vá tirar aquilo que está lá dentro. É uma rua, a rua Duarte Pacheco, que vai da estrada nacional à creche, e precisa daquilo desentupido, precisa daquilo limpo e, depois dessa limpeza, o que pede encarecidamente é que, constantemente, não precisa de ser todas as semanas, mas de 15 em 15 dias, se faça uma vistoria para ver como é que está.

São anos a fio a passar por isto, na sua rua são 4, na outra rua de trás são outros 4, e são 5 lotes que estão ali a sofrer com aquilo, pelo que precisam que a Câmara intervenha naquela situação porque já se arrasta há anos demais, e se se descuidarem ficam ali com um esgoto a céu aberto, pelo que precisa, por favor, que mandem limpar aquilo. E ainda tem outra situação, porque a sua vizinha do rés-do-chão já tem uma abertura, porque como como a loja está cheia de água o edifício está-se a degradar e já tem uma fissura no prédio onde cabem lá 2 dedos, mas se um dia acontecer uma desgraça não venham dizer que não os avisaram. O que pede, encarecidamente, é que peçam às pessoas para irem lá limpar, porque quando telefonam para irem limpar ouvem “é sempre a mesma coisa, é sempre a mesma pessoa”, mas só pede a quem de direito que vá ver, ao longo destes anos todos, quantas vezes é que já ligou, porque é sempre a própria que liga daquele prédio, mas quando liga dizem-lhe que “é sempre a mesma pessoa, é sempre o mesmo sítio, nós já sabemos onde é que é e quando nos apetecer logo lá vamos”, pelo que pediu, encarecidamente, que lhe limpem aquele esgoto.

### **Sr. Abel Carlos de Medina**

Começou por dizer que a sua intervenção era sobre o Serviço Nacional de Saúde, mais concretamente sobre o centro de saúde na Moita, uma vez que faz parte da comissão de utentes do centro de saúde da Moita, a qual tem vindo a alertar para os seguintes acontecimentos, principalmente na dificuldade de marcação de consulta, na renovação dos receituários e na atribuição de médicos de família, onde há pacientes há espera há mais de 5 anos. Há 6 médicos na unidade de saúde familiar, há 5 médicos no CSP e só há uma médica para atender os sem médico. Só uma médica para cerca de onze mil pacientes sem médico de família no centro de saúde da Moita.

Tiveram conhecimento que os serviços domiciliários na primeira semana de junho não se efetuaram por falta de viatura, isto porque a viatura do ACES está sempre a avariar e a viatura prometida pela Câmara, através de um protocolo assinado entre o município e o centro de saúde, não foi fazer esse serviço, e porque na comissão de utentes não podiam ficar indiferentes a esta situação toda, foram procurar resposta às pessoas responsáveis que lhes transmitiram que o serviço domiciliário não se efetuou por causa do transporte. Há pacientes acamados em casa com feridas a precisar de fazer penso, há pacientes acamados em casa que precisam de medição da tensão e outros serviços, e esses serviços não foram efetuados na primeira semana de junho.

Tendo em conta toda esta preocupação, decidiu participar nesta Assembleia para alertar os responsáveis do concelho para a resolução destes problemas que acontecem no centro de saúde da Moita, independentemente de ser um dos membros da comissão de utentes. Em 2012, quando esta comissão foi criada, também aconteciam casos destes e, na altura, falaram com o então Diretor-Geral, agora é o Doutor Miguel Lemos, tiveram várias reuniões no centro de saúde da Moita. Entretanto, e porque não os tomaram em consideração, foram obrigados a pedir uma reunião na Assembleia da República com a comissão de saúde da Assembleia, onde foram recebidos e, a partir daí, algumas coisas resolveram-se, mas está a piorar novamente e por isso é que veio alertar os responsáveis do concelho, para ver se conseguem ajudar.

### **Sra. Vanda Figueiredo**

Começou por dizer que era dirigente nacional do STAL e membro da comissão sindical do STAL dos trabalhadores das autarquias do concelho da Moita e, antes de dizer aquilo que a trouxe aqui e aos trabalhadores que estão aqui presentes nesta Assembleia Municipal, quis dizer à população aqui presente que, de facto, a campanha que se faz, às vezes, contra os funcionários públicos e contra os funcionários das autarquias, entra no cérebro da população, porque estes trabalhadores, os trabalhadores desta autarquia, são os trabalhadores que recolhem o lixo, que limpam, que tratam das águas, que limpam as ruas e que limpam os jardins. São estes trabalhadores que não pararam em tempo de pandemia e os caixotes do lixo estavam limpos. Enquanto toda a população ficou em casa foram estes trabalhadores que estiveram lá a trabalhar e a manter este concelho limpo e impecável.

Depois disse que o que traz aqui os trabalhadores da autarquia do concelho da Moita e a comissão sindical é acharem que há aqui qualquer coisa que não está a funcionar bem, além de tantas outras coisas que não têm tido resposta, mas há uma resposta que sabem que é célere, que é pedirem transportes para os trabalhadores se deslocarem para as suas jornadas de luta. Isso é célere. É no mesmo dia. É não. Essa resposta é célere, o resto, aquilo que diz respeito ao direito dos trabalhadores tarda. Tarda e não vem.

Continuando, disse que os trabalhadores dos setores dos resíduos sólidos urbanos, tal como os setores dos jardins e da limpeza, apresentaram dois abaixo-assinados ao executivo camarário. Um, subscrito pelos trabalhadores dos RSU, enviado em 13/06 para a Câmara Municipal, relativamente ao trabalho efetuado durante o dia de sábado, em que pedem, pelo trabalho insalubre e penoso que fazem, que esse turno seja feito na sexta-feira à noite e, até à data, não obtiveram qualquer tipo de resposta. No outro abaixo-assinado, subscrito pelos jardineiros, auxiliares de limpeza de edifícios e mercados municipais e pelos responsáveis pela manutenção da higienização das piscinas e salinas, enviado em 19/04 para a Câmara Municipal, os trabalhadores exigem que lhes seja pago o suplemento de penosidade e insalubridade, uma vez que, nestas várias profissões, enquadráveis dentro da higiene urbana, está a ser negado pela autarquia a atribuição deste suplemento, e querem uma resposta da autarquia para estes dois abaixo-assinados.

Consideram que é uma falta de respeito para com os trabalhadores e parece-lhes impossível que, até à data, nada, nem sequer tenham acusado a receção dos abaixo-assinados. Nada. Estão aqui os trabalhadores e querem uma resposta aos abaixo-assinados que apresentaram. Estão aqui os trabalhadores e hoje querem que a Câmara Municipal diga aos trabalhadores o resultado daquilo que eles

reivindicam. Disse ainda que não é uma coisa impossível de se fazer, nem sequer é coisa única, porque na Câmara Municipal de Coimbra, Vila Viçosa, Redondo, Silves Benavente, Grândola, Ovar, Oeiras, Vila Verde, Barcelos, Marinha Grande, Loures, Lamego, Santiago do Cacém, Alcácer do Sal, Vendas Novas e tantas mais é pago o suplemento de penosidade e insalubridade a estes trabalhadores.

Não percebem porque é que a Câmara da Moita não paga a estes trabalhadores e não percebem porque é que a Câmara da Moita não respeita os trabalhadores da recolha do lixo e não lhes altera o horário, porque eles não deixam de fazer um turno, só pretendem fazê-lo à noite em vez de o fazerem à tarde debaixo do sol.

Para terminar, disse ao senhor Presidente para, em vez de só ir tirar fotografias com o camião do lixo, experimentar fazer esse turno debaixo de sol.

### **Sra. Maria Orlanda Barros**

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“Estou aqui na qualidade de Presidente da Banda Filarmónica da Moita. Acompanham-me alguns elementos da direção, e o meu propósito aqui prende-se com a necessidade de elucidar algumas pessoas sobre a origem e o propósito desta banda.

O concelho da Moita tem uma forte tradição em bandas de música que assumiram um grande protagonismo, quer no meio urbano, quer no meio rural, nas diversas festividades e comemorações. A primeira banda surgiu em 1869, a banda da Sociedade Filarmónica Estrela Moitense, que foi extinta na década de 1940. Também em Alhos Vedros, existiu uma banda filarmónica que marcou o seu início no dia 2/08/1871, e que por volta de 1906 foi considerada como uma das melhores bandas do país. Em maio de 1928 foi criada uma segunda banda na freguesia da Moita, a banda da Sociedade Filarmónica Capricho Moitense. A música estava na génese da Capricho. Esta viria a desaparecer em 1981.

Todas estas bandas ocuparam um lugar de grande importância na vida de todos.

Temos ainda no Concelho da Moita Banda Filarmónica do Rosário, com inúmeras atuações de norte a sul do país e que conta já com 47 anos de existência, sendo sempre muito apreciada e acarinhada pela população.

Em 2017, um grupo de pessoas com o apoio da Junta de Freguesia da Moita, consciente do papel e da importância da filarmónica, e a par da vontade e apoios manifestados por muitas pessoas da nossa Terra em verem de novo a banda filarmónica nas ruas, impulsionou a criação desta banda. Para tal juntou um grupo de músicos, convidou o músico e maestro António Bravo para dirigir e coordenar a banda e no dia 31/01/2018 realizou o seu primeiro ensaio nas instalações de Sociedade Filarmónica Estrela Moitense.

A Banda Filarmónica da Moita, com 4 anos de existência, é certamente a banda mais jovem do país, contudo, é já um marco de referência na cultura da vila da Moita e também enquanto filiada na Confederação Musical Portuguesa.

Devo também informar que a Banda Filarmónica da Moita faz parte do grupo de trabalho da candidatura das bandas filarmónicas a património imaterial da UNESCO.

Atualmente a Banda Filarmónica da Moita dispõe de instalações próprias na sua nova sede, o que veio ajudar a promover ainda mais a prática musical, bem como a melhoria de condições para os músicos e associados.

Aqui também funciona uma escola de música onde são ministradas aulas, desde a iniciação musical a aulas de instrumentos. Tem, neste momento, 20 alunos, na sua maioria crianças e jovens, que vão sendo integrados na banda que realiza os seus ensaios 2 vezes por semana, dirigidos pelo conceituado maestro David Correia.

As dificuldades em manter uma banda filarmónica são muitas, agravadas, neste momento, pelos efeitos da pandemia, que alterou as nossas vidas, cancelou as nossas rotinas, assombrou a nossa existência, mas não silenciou a nossa banda.

Tem-nos valido o apoio do comércio local, apoios que são destinados à formação de crianças e jovens na escola de música, aquisição, renovação de instrumentos musicais, bem como as despesas inerentes à dinâmica da banda filarmónica, aluguer de instalações, eletricidade, água, vencimento dos professores e maestro.

A Banda Filarmónica da Moita sempre foi, e é, considerada uma banda do concelho e, como tal, quando iniciou a sua prática, recorremos a todas as freguesias do concelho que prontamente colaboraram e apoiaram a banda filarmónica.

A banda sempre participou em todas as festividades do Concelho, a qual foi sempre muito aplaudida pela população.

Aquando da instalação dos novos órgãos executivos, enviei pedido de colaboração a todas as juntas de freguesia do concelho. Destes pedidos, uns foram ignorados, outros dificilmente foram entendidos. É de lamentar que alguns pretendam fazer da Banda Filarmónica da Moita uma arma de arremesso político.

A Banda Filarmónica da Moita não tem cariz político, religioso ou desportivo, não tem proprietários, é um projeto de todos e para todos e que contribui para o engrandecimento cultural do concelho da Moita.

Quero aqui publicamente destacar e agradecer o apoio financeiro e logístico prestado pela Junta de Freguesia da Moita que, em janeiro de 2022, estabeleceu um protocolo de colaboração com a Banda Filarmónica da Moita, em que disponibiliza um apoio anual de 4800 euros. É este apoio que tem ajudado a manter o funcionamento da Banda Filarmónica da Moita. Sem ele, já teríamos encerrado a atividade desta banda com grande tristeza de todos os envolvidos e, conseqüentemente, da população da Terra.

É estranho que uma junta de freguesia atribua um apoio no valor de quase o dobro do atribuído pela Câmara Municipal da Moita, 2500 euros. Muito obrigada. Junta Freguesia da Moita. Bem hajam por nos permitirem continuar a existir.

Gostaria ainda de chamar a atenção para, no caso particular das comissões de festas do concelho, deveriam considerar a participação da banda filarmónica nas festividades do concelho, ao invés de contratarem bandas de outros concelhos. A Banda Filarmónica da Moita sempre participou em todas as festividades do concelho e gostaria de continuar a participar nas festas da sua terra.

Pelo aqui pelo aqui mencionado, faço um apelo a todos os políticos do Concelho da Moita, por favor, não façam política errada com a Banda Filarmónica da Moita. Não digam mentiras a nosso respeito. Colaborem e apoiem ativamente a Banda Filarmónica da Moita. Precisamos de todos. Aproveito para convidar todos que queiram fazer uma visita à sede da Banda Filarmónica da Moita, assistir a um ensaio ou a uma aula. Serão muito bem-vindos.

As bandas filarmónicas são instituições centenárias consideradas por muitos como escolas da vida ou conservatórios do povo, para além de serem importantes centros de aprendizagem musical, contribuem para o engrandecimento cultural das suas terras e gentes.

Viva a Banda Filarmónica da Moita.

Viva ao Concelho da Moita.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões entretanto colocadas.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Começou por dizer que para si era muito bom e enriquecedor ver esta sala tão cheia, e quando estava na oposição sempre disse que era importante a participação da população e é isso que mantém. É muito importante que estejam aqui para lhes poder falar, olhar “olhos nos olhos” e esclarecer as questões colocadas em função das informações que aqui tem hoje disponíveis.

Vai começar por responder de uma forma mais abrangente, sendo que depois aqui haverá assuntos específicos que caberá a cada um dos vereadores, tendo em conta os seus pelouros e as suas áreas de atuação, responder.

Relativamente à Sra. Rosa Paula Marques, disse que é sempre um gosto tê-la aqui presente a enunciar um conjunto de pontos que, porventura, ainda não conseguiram dar resposta, sendo que, dos pontos que, agradavelmente, vão conseguindo dar resposta ao longo do tempo, sobre os quais a vereadora o vai pondo a par quanto às inúmeras solicitações que a senhora, bem como outros munícipes, fazem e que vão sendo respondidos, mas é sempre importante vê-la trazer aqui os pontos que ainda não responderam. É óbvio que, normalmente, as pessoas só vêm aqui falar daquilo que não é feito, não vêm aqui perder tempo sobre as coisas que estão executadas, mas a senhora, mais do que ninguém, bem como outros, sabem que muitos dos pedidos que por si são feitos são prontamente atendidos, e só quando não é possível no tempo é que não são, efetivamente, executados.

O mesmo sucede relativamente ao senhor João Henriques, com o qual já se deslocou pessoalmente à Quinta da Fonte da Prata, e estão aqui a falar de locais específicos na Quinta da Fonte da Prata, para ver

algumas das situações que, na altura, foram relatadas e que prontamente foram intervencionadas, mas como calculam o concelho é extenso, tem mais de sessenta e seis mil habitantes e é impossível dar resposta a tudo ao mesmo tempo.

Encontrou uma Câmara, o que não é estranho, em que era necessário fazer algumas alterações e modificações e, no último mês, conseguiram então fazer, finalmente, a reforma da orgânica e, a partir de agora, a Câmara está a trabalhar com uma estrutura que acreditam vir a conseguir dar melhor resposta à população. Espera, doravante, tanto pela reformulação da estrutura como pelas pessoas agora nomeadas, bem como pelos investimentos cujos procedimentos estão, finalmente, a atingir a sua fase final, seja pela aquisição de novos equipamentos de limpeza urbana, seja por outras tipologias, poderem começar a dar uma resposta mais efetiva às questões aqui levantadas.

Respondendo a uma questão muito específica, trazida também por uma munícipe de Alhos Vedros, a senhora Maria Santos, que na sua intervenção fez uma referência da qual tomou nota, quando disse que há alguns anos fez um pedido e não obteve resposta, e é certo que, tendo ocorrido há alguns anos, esta foi a primeira vez que tomou conhecimento desta situação. Não sabe se é da responsabilidade do público, se é da responsabilidade do privado, o que reiterou é que tem toda a disponibilidade para ir verificar essa solução e, seja de quem for a responsabilidade, no limite daquilo que forem as suas capacidades e que a lei permita, estarão disponíveis para ajudar a encontrar uma solução.

Quis dizer apenas que não estranha que a repavimentação tenha acontecido sem que houvesse qualquer tipo de intervenção ao nível dos esgotos, porque a mesma vinha dar cumprimento ao plano de repavimentações que estava em curso, ainda aprovado pelo anterior executivo, e naquele local não estava previsto qualquer tipo de intervenção ao nível da rede de esgotos. Caso tivesse sido alertado de que haveria um problema relacionado com esta situação, rapidamente teria dado indicações aos serviços para que não se fizesse intervenções ao nível da repavimentação da estrada sem que antes fosse feita a intervenção necessária ao nível da rede de esgotos. Aliás, é por esse motivo que a estrada que vai em direção ao Chão Duro, entre a sede do Partido Socialista e o centro de lavagens automóvel, já não irá ser intervencionada neste momento, porque identificaram um conjunto de situações que carecem de ser solucionadas antes que seja feita a repavimentação, porque é necessária uma intervenção ao nível dos esgotos, das águas e o reperfilamento da via para aumentar o passeio, porque se lembra de quando estava na oposição, as pessoas falavam de insegurança porque os passeios eram muito estreitos e as pessoas tinham que andar pelas estradas, pelo que foi dada indicação para que só depois dessas intervenções ser então feita a repavimentação da estrada.

Como, certamente, todos concordarão, apanhou um comboio já em andamento, e é assim que as coisas funcionam, mas é difícil e nem sempre é possível fazer as alterações, em fase de projeto, que estas situações carecem, mas reiterou que, sempre que é possível, ainda que os projetos já estejam em curso e em fase de execução, e recordou que é na fase de projeto que se fazem as avaliações, as ponderações e as correções, porque depois, na fase de execução, sai muito mais caro fazer qualquer tipo de alteração, mas sempre que é possível e a situação é detetada, não deixam de fazer as alterações necessárias.

Depois, respondendo ao senhor Abel Carlos Medina relativamente às situações que reportou da ARSLVT, disse que estão em conversações, neste caso, com o Doutor Miguel Lemos, para que os ajude a identificar um conjunto de propostas que possam trazer à Câmara Municipal para que sejam avaliadas e, se obtiverem a concordância dos demais eleitos, votadas favoravelmente, no sentido de proporcionar um conjunto de incentivos para que os médicos possam e queiram candidatar-se às vagas abertas pelo Governo no concelho da Moita. O que não podem negar é que ao longo dos anos não foram formados os médicos necessários para fazer face às necessidades do país e, quanto a isso, a Câmara não poderá, efetivamente, fazer nada a respeito. Dada a situação em que se encontram atualmente, o que podem fazer é tentar encontrar um conjunto de soluções para que o concelho possa ser um pouco mais atrativo nessa matéria.

Já no que diz respeito aos serviços de apoio domiciliário, disse que desde que chegaram à Câmara Municipal já desenvolveram dois protocolos, sendo que um já foi aprovado e o outro está em fase final de apreciação, para que uma viatura possa andar pelo concelho e, de quinze em quinze dias, fazer alguns rastreios, e outro para ser a Câmara a ceder a viatura para o serviço de apoio domiciliário. O que aconteceu com este último e que limitou a capacidade de serviço do centro de saúde, foi que verificaram as dificuldades que o centro de saúde tem e, desde logo, se disponibilizaram a emprestar uma viatura, elaboraram o protocolo, fizeram o protocolo, levaram-no a reunião da Câmara, conferenciaram com a ARSLVT e estava tudo em conformidade, mas depois de estar tudo revisto e assinado os juristas pediram para o protocolo ficar sem efeito porque havia umas questões jurídicas que careceriam voltar a ser



revistas. Perante esta situação, e porque a saúde das pessoas está em primeiro lugar, deu indicação aos serviços para que, mesmo sem protocolo, a viatura do município fosse cedida para que pudesse ser feito o serviço domiciliário. Não sabe se na altura em que deram essa resposta as pessoas já estavam conscientes desta situação, o que é certo é que desde que tomou conhecimento que esta situação se estava a verificar disse que, apesar do protocolo ter que ser revisto novamente, motivo ao qual são completamente alheios, deu indicação para que, ainda assim, o carro fosse emprestado, e acha que ninguém lhe levará a mal esta atitude.

Relativamente às questões que foram colocadas pela senhora delegada sindical Vanda Figueiredo, e sobre uma coisa muito simples, disse que a Câmara Municipal não empresta autocarros aos sindicatos. Definiram que, seja o STAL ou o SINTAP, não emprestam autocarros. É uma política que assumiram e não emprestam autocarros, por isso que não lhe pareça estranho a celeridade na resposta, porque a resposta por parte dos serviços é muito fácil de dar, uma vez que não têm que perguntar a ninguém, porque já sabem qual a resposta. Estranho é que venha com questões menores e outras questões que agora aqui levanta quando, durante anos em que as leis eram, exatamente, as mesmas, a senhora, enquanto funcionária desta Câmara e que estava a ser paga com o dinheiro deste autarquia, porque era a Câmara Municipal que lhe pagava o ordenado quando, na realidade, estava a trabalhar no sindicato, nunca se tenha lembrado de colocar um conjunto alargado de questões como o que agora aqui colocou.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Neste momento, perante a interrupção com palavras como “mentira”, “está a provocar e é mentira” proferidas pela Sra. Vanda Figueiredo, pediu que tivesse um comportamento democrático, porque já tinha falado e agora estava a falar o Senhor Presidente, pelo que se continuasse seria obrigado a pedir que saísse da sala.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Como estava a dizer, rapidamente resolveram pedir ao sindicato que passasse a pagar, neste caso, o seu vencimento, ficando a Câmara apenas responsável pelo valor que lhe compete, que é um valor diminuto face àquilo que auferem, bem como pediram todos os valores transatos desde o início desta situação.

Quis também dizer que, hoje em dia, os trabalhadores desta Câmara Municipal têm muitas melhores condições de trabalho...

Perante nova interrupção por parte da Sra. Vanda Figueiredo e de outros trabalhadores presentes, disse que para si era uma enorme satisfação ter alguns dos trabalhadores afetos ao sindicato aqui presentes, e que os recebia aqui hoje como também sempre esteve disponível para os receber em outras alturas, mas também quis dizer que a Câmara Municipal hoje proporciona aos trabalhadores, e isso é reconhecido por todos, muito melhores condições de trabalho, bastando ir à Socorquex, bastando ir ao Matão, bastando ir à estação elevatória da Vinha das Pedras, para verificar que as condições, aos dias de hoje, são muito melhores do que aquelas que lhes deixaram, e facilmente se comprovará quem fala a verdade, ou quem fala é mentira.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Neste momento, perante nova interrupção por parte da Sra. Vanda Figueiredo, pediu que tivesse um comportamento correto ou seria obrigado a mandá-la abandonar a sala, tendo questionado se era necessário chamar as autoridades ou se saía pelo próprio pé.

Perante reações com gargalhadas, disse que era uma falta de respeito por todos os que estão aqui presentes e que era uma prova de alguns trabalhadores que esta autarquia tinha, e era por isso que estava no estado em que estava.

Perante mais reações, lembrou que não eram donos dos trabalhadores e que tinham que respeitar quem é trabalhador e quem não estava de acordo com a sua posição. Intervieram, ninguém os impediu de falar e agora que o Senhor Presidente da Câmara está a responder estão só com provocações e isso é falta de educação.

Depois, e perante nova interrupção por parte da Sra. Vanda Figueiredo porque o senhor Presidente não estaria a responder às questões, perguntou-lhe, mais uma vez, se se pretendia calar ou se queria sair.

Em seguida, passou novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Disse que responderia mais depressa a algumas das questões que aqui lhe colocaram se lhe permitissem concluir o seu raciocínio, mas se não permitirem concluir, certamente, terá dificuldade em responder a algumas coisas, aliás, incorrerá no risco de não responder a algumas coisas porque é interrompido e esquece-se de responder, pelo que pediu que depois também não lhe levassem a mal.

Retomando, disse que todos os pedidos que lhes são feitos são encaminhados para os recursos humanos e, neste caso, para a saúde ocupacional, que faz a devida avaliação e que depois apresenta uma proposta de deferimento ou indeferimento, dizendo se estão ou não de acordo com aquilo que lhes é apresentado e, se tiver enquadramento legal, será aprovado, se não tiver enquadramento legal, não será aprovado. Lembrou que, de todos os pedidos que lhe foram chegando até hoje sobre as matérias que dizem respeito ao subsídio de penosidade que referem, a Câmara Municipal quando atribuiu o subsídio de penosidade, neste caso, aos trabalhadores das oficinas, que não o tinham e que nunca tiveram, fê-lo após avaliação efetuada pela saúde ocupacional que verificou que estavam em condições de poder receber esse subsídio de penosidade e que a Câmara atribuiu de imediato, coisa que o anterior executivo nunca fez, tendo esta sido uma das primeiras medidas que tomaram após ouvirem os trabalhadores e a saúde ocupacional.

No que diz respeito aos restantes trabalhadores, o procedimento é sempre o mesmo, ouvem os serviços, os juristas consultam a legislação em vigor, leem os pareceres que existem sobre a matéria e, nomeadamente, sobre alguns dos trabalhadores aqui referidos, a CCDR já emitiu pareceres negativos, pelo que pediu imensa desculpa, mas enquanto Presidente da Câmara da Moita não fará nada contra a lei, por isso, as respostas serão dadas aos trabalhadores pelos veículos que a Câmara tem para responder aos trabalhadores, deferindo ou indeferindo os seus pedidos, é só isso.

Sobre outras matérias, nomeadamente, quanto a algumas questões mais específicas que foram aqui colocadas, e para que as respostas sejam mais efetivas, passou a palavra à Vice-presidente Sara Silva.

### **Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva**

Em relação aos assuntos que trouxe aqui a senhora Paula Marques, disse que ia fazer um resumo, uma vez que estes assuntos também são levantados por outros municípios, e em relação aos pinos derrubados em frente à Plural disse que não tinham conhecimento e recordou que quando fez a reivindicação dos pinos, e muito bem, de imediato procederam à sua colocação, pelo que ficou registado e numa próxima oportunidade irão, com certeza, tomar providências.

Em relação à limpeza das sargetas, à lavagem dos contentores, às viaturas em estacionamento abusivo, lixos, ervas e tudo o mais que diz respeito à limpeza urbana, de facto, não vale a pena estarem aqui a repetir aquilo que foi dito em reuniões de Câmara, e que todos já sabem, de que encontraram um grande desfalque ao nível dos trabalhadores, um grande desfalque que também não ajudou a que fossem céleres nesta limpeza e que, a tempo e horas, tivessem as ruas como queriam. Também não vale a pena estar a dizer que o Covid tem influência, porque já todos o sabem, mas tem, e não vale a pena estar a dizer as baixas médicas que sofreram ultimamente, porque as pessoas têm direito a ficar doentes, obviamente, o que entendem, e por esse motivo recorreram a uma prestação de serviços para fazer face a todo este tipo de problemas, que se vai efetivar a partir da segunda semana de julho e que vai ajudar a obter aquilo que querem e limpar a cara do concelho, em todas as áreas do concelho, e esta contratação de prestação de serviços que vai ajudar a ter as ruas limpas e os jardins em condições começou por uma aquisição de contentores de mil e cem litros, que a partir da segunda semana de julho vai ser, de facto, evidente.

Em relação aos monos a dificuldade em manter os circuitos deve-se, precisamente, àquilo que acabou de dizer, mas os circuitos estão a ser executados em cinquenta por cento e esta semana fizeram um reforço em que, em vez de dois dias, passaram a recolha de monos para cinco dias, o que também foi um reforço significativo. A partir da terceira semana de julho haverá também lugar a um procedimento para a contratação de serviços para efetuarem esta recolha de monos.

Relativamente aos bio resíduos, que também lhes interessa e é uma coisa boa para o município, disse que têm estado a ter a adesão de muitos municípios e vai ser extensiva às cantinas e aos mercados, que é algo que muito os alegra.

Quanto ao controlo de pragas disse que está a ser executado neste momento porque houve, de facto, um concurso para os herbicidas que ficou deserto porque não houve ninguém que se candidatasse e tiveram que fazer um segundo procedimento, mas, felizmente, já estão a executar naquilo que é mais urgente. Fala do Bairro Gouveia, da Moita, de Sarilhos Pequenos e depois irão fazer um reforço a todos os outros circuitos.

Em relação à desmatação disse que foi lançado um concurso para um contrato anual, onde foram também contempladas as áreas do espaço escolar, e que também vai estar no terreno a partir da segunda semana de julho.

Também para os resíduos sólidos urbanos vai haver uma contratação de prestação de serviços a iniciar a meio de julho, e pensa que a partir do meio de julho vão estar aptos a dar um grande avanço naquilo que esperam que seja também uma grande ajuda neste concelho, para porem o concelho limpo como os municípios exigem e como também acham que deve ser.

No que concerne às viaturas em estacionamento abusivo disse que estão todas identificadas, o procedimento está a decorrer, portanto, já estão a proceder a esse levantamento e à remoção das viaturas. De facto, não será no tempo que queriam, provavelmente, irá demorar um bocadinho mais de tempo, porque há dificuldades que também não os ajudam, mas está no terreno que é o que interessa e estão a cumprir.

Quanto à Banda Filarmónica da Moita quis dar uma nota de congratulação pelo excelente trabalho que tem desenvolvido e dizer que, também aqui, a Câmara Municipal teve uma preocupação em poder ajudar esta coletividade, assim como têm a preocupação com todas as coletividades e olham de igual forma para todas as coletividades e associações do concelho. Referiu ainda que, da parte da Câmara e da parte do conselho coordenador das festas da Moita, tiveram o cuidado de, na Feira de Maio, contratar a Banda Filarmónica para fazer a abertura das festas, que aderiu ao convite e que agradecem, e vai ser também contratada, e já foram notificados nesse sentido, para as festas da Moita, para a procissão e para um concerto de bandas filarmónicas. Também foi reconhecida com o estatuto de utilidade pública em reunião de Câmara e foi-lhe atribuído um subsídio financeiro no âmbito dos contratos-programa para este ano, portanto, a Banda Filarmónica está também aqui um bocadinho precavida, e olham de uma forma muito especial para ela, assim como para todas as outras associações, mas esta é uma banda recente e querem, de facto, ajudar como estão a ajudar.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Disse que apenas queria retificar um *lapsus linguae* porque quando se diz que há um “desfalque” de trabalhadores não é desfalque, é falta de trabalhadores. Faltam trabalhadores, e essa falta não foi tão sentida e tão notada porque, durante a pandemia, não havia outro tipo de atividades e os trabalhadores eram deslocados para a limpeza, para a recolha, para os cortes de verdes, e foi por isso que, durante dois anos, não se sentiu tanto a falta de trabalhadores. Agora, com a Câmara a poder desenvolver atividade em todas as suas áreas, seja na vertente cultural, seja na vertente do atendimento ao público, etc., passou-se então a sentir que é necessário contratar muito mais trabalhadores. É por isso que, recentemente, têm vindo a utilizar todas as ferramentas que estão ao seu dispor para terem mais trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal, ou seja, o contrato de emprego apoiado, feito em parceria com a Segurança Social, e outras tantas ferramentas que estão a utilizar, seja a contratualização de serviços externos para poderem dar uma resposta mais rápida.

Mas como calcularão isto exige procedimentos que depois lhes limitam a capacidade de resposta porque, ao contrário daquilo que têm vindo a dizer, têm a plena consciência que a Câmara Municipal e os senhores vereadores só conseguem desenvolver o seu trabalho graças ao empenho, à vontade, à dedicação, ao esforço e ao profissionalismo dos trabalhadores da autarquia, mas também reconhecem que, até pouco tempo, havia um conjunto de pessoas, e aqui e ali ainda vai havendo um conjunto de pessoas que, não conseguindo distinguir o que é que é o serviço público e o que é que é estar ao serviço de um partido, misturam aquelas que são as funções públicas e o trabalho.

Por último, quis também dar nota de um pequeno pormenor, mas que não é um pequeno pormenor, porque acabaram de o informar que o turno da recolha do lixo das vinte e duas horas não está a ser executado em virtude de alguns trabalhadores se terem deslocado aqui à Assembleia Municipal. Era só esta nota que queria deixar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Prestados os esclarecimentos retomou a intervenção do público.

### **Sra. Olga Ribeiro**

Disse que estava aqui presente em nome das pessoas que vão para Lisboa no autocarro, anteriormente o 333, agora o 4701, que mora na urbanização de São Sebastião e nenhum dos moradores consegue apanhar o autocarro. Vão para a paragem às seis e vinte da manhã, se forem oito da manhã vão para a BP para o apanhar ou então acabam por ir para o Montijo, que já nem é até ao Leclerc, e têm que sair na estação do Montijo porque não têm autocarro. Fizeram um abaixo-assinado quando o passe passou para os quarenta euros na zona metropolitana com quatrocentas e tal assinaturas, que foi enviado para o Provedor de Justiça, para o então Presidente da Câmara, que era do Partido Comunista, para os vereadores do PS e do PSD, no caso, o senhor Luís Nascimento que não está e que se encontrava com eles nas paragens, mas não viram mais ninguém. Mais, muitos moradores atravessaram-se na estrada para serem ouvidos e foram, mas chegaram à Câmara e pediram para que o horário fosse seis da manhã no Vale, seis e dez na Moita, seis e vinte no Vale, e ninguém lhes deu resultado.

A partir dessa altura acabaram por melhorar um bocadinho porque fizeram o que fizeram e iam para Lisboa, mas agora com a Alsa Todi não vão, e todos têm o direito ao trabalho, todos têm o direito a sair daqui, pelo que pediu que, se fosse possível, fizessem um horário que fosse Vale – Fonte da Prata – Lisboa e depois Fonte da Prata, para que as pessoas da Moita, do Chão Duro, de Sarilhos Grandes e da Lançada não passem a ir para o Montijo, porque também estão aflitos com os transportes e para que todos possam trabalhar, mas quando souberam que os autocarros tinham menos dez e menos quinze lugares, sabiam que não iam. Depois, esses autocarros também não são viáveis para os utentes com alguma deficiência, porque têm uns degraus enormes que não conseguem subir muito bem se tiverem muletas ou outras coisas, pelo que agradecia tudo o que pudessem fazer pelo concelho, uma vez que são do município.

### **Sr. Jorge Humberto Florêncio Pereira**

Disse que era uma das pessoas mais recentes no concelho da Moita, mora no Chão Duro há cerca de três, quatro anos, e começou a utilizar os transportes públicos, nomeadamente, o autocarro do Chão Duro para Lisboa. Se muitos dos presentes já sofrem deste problema há muitos anos, o próprio só começou a sentir agora, mas o que é certo é que uma pessoa que more no Chão Duro, trabalhe em Lisboa e tenha que entrar no seu posto de trabalho às nove da manhã, se for para a paragem do autocarro às oito, nunca o consegue apanhar, e isto leva-o a pensar em todas aquelas pessoas que, como o próprio, compram o passe mensal, ou, por exemplo, quem mora na Lançada que é a última paragem antes do autocarro entrar na autoestrada e ir para a ponte, e não consegue. Pensa que, caso trabalhasse no planeamento dos autocarros, se conseguiria planear uma rota em que, por exemplo, um autocarro saía do Vale da Amoreira, vinha até à entrada da Moita e entrava diretamente na autoestrada, e havia um autocarro que partia das bombas da BP ou do centro da Moita em direção a Lisboa.

### **Sra. Maria do Carmo Campante**

Disse que estava a trabalhar em Lisboa, mas já trabalhou em Loures e, neste momento, tem que ir para a paragem mais cedo do que quando ia para Loures, portanto, se for para a sua paragem às sete horas, na urbanização de São Sebastião, não sai de lá, simplesmente não sai de lá. Até há uns dias atrás, umas semanas atrás, ainda saía no das oito que partia da Câmara, embora esse a faça chegar atrasada ao serviço, mas agora vai às sete horas para a paragem e não consegue um autocarro para chegar a Lisboa às nove, quando o autocarro demora pouco mais de meia hora. Entretanto, já tem que sair de casa às sete horas para apanhar o autocarro para trás, para as bombas, que enche logo na paragem a seguir, portanto, acha que isto não é viável para quem mora da Moita para a frente, pelo que ou acabam com aquelas paragens, ou então as pessoas são iludidas.

Depois há outra questão em relação aos deficientes, porque há dois lugares para os deficientes atrás, e sabe que há motoristas que trazem pessoas porque, principalmente de Lisboa para cá, o autocarro não apanha passageiros pelo caminho, só larga, portanto, não entende o motivo porque aqueles dois lugares vêm vazios de Lisboa. À ida para lá é a mesma coisa, aqueles dois lugares vão sempre vazios, inclusive, teve a oportunidade de verificar na quinta-feira da semana passada e na segunda e na terça-feira desta semana, que o autocarro onde vai uma menina acompanhada por um cão, e que o motorista que passa ali na urbanização cerca das sete e quarenta sabe perfeitamente que ela está lá, mas como ultimamente já leva o autocarro cheio, e aqueles dois lugares vão vagos porque ele não traz ninguém, aliás, como quase nenhum atrás, nem para lá nem para cá, e de acordo com a lei dos transportes os lugares podem ser ocupados e as pessoas têm que se levantar se entrar uma pessoa com deficiência, mas aqueles lugares vão sempre vazios, seja para lá, seja para cá, e para lá ainda se compreende que possa entrar alguém

pelo caminho, mas para cá não entra ninguém, e o motorista que sabe que a leva, porque já a leva há meses, porque a própria também ia nesse autocarro que já a leva há meses, nem sequer passa na urbanização de São Sebastião, vai direto. Nem sequer passa na urbanização e sabe que ela está lá e que aqueles dois lugares vazios, porque esta semana já foi no autocarro anterior que apanhou nas bombas e deu-se ao trabalho de ficar na Gare do Oriente à espera para ver se ela vinha naquele autocarro, porque a tinha visto na paragem quando passou no anterior, e o senhor nem sequer passou naquela rua.

### **Sra. Cláudia Marques**

Disse que estava aqui devido à situação dos transportes neste momento e, a título de exemplo, disse que hoje às oito da manhã, saiu um autocarro da BP na Moita que chegou a marginal e encheu, chegou à Câmara entraram as pessoas todas, chegou ao bairro entraram todas as pessoas, mas ainda ficou uma pessoa na paragem, ou seja, num espaço de quatro paragens o autocarro, que só tinha cinquenta e cinco lugares sentados, encheu, pelo que acha que deviam pôr autocarros com mais capacidade para levarem mais pessoas, autocarros com oitenta lugares, porque aí já dava para levar toda a gente. E, em seguida, deviam fazer um trajeto do Vale da Amoreira a Alhos Vedros, e um da Quinta da Fonte da Prata até Lisboa porque assim, mais ou menos, melhoravam a situação, porque está a acordar uma hora mais cedo e a recuar cinco paragens em relação à paragem que normalmente usava, que era na marginal, para conseguir entrar num autocarro, chegar a Lisboa a horas e entrar no seu trabalho às nove horas.

Por isso, acha isto um bocado ingrato para todas as pessoas que trabalham em Lisboa, porque têm que acordar mais cedo, vão logo stressados para o trabalho e depois não conseguem ter um dia produtivo como deve ser, e terem a cabeça livre destes problemas. Acha que devia haver uma solução, que deviam estudar bem o caso, irem os próprios para as paragem nas horas de ponta, tanto de manhã como de tarde, e verem como é que isto se está a passar, porque são filas intermináveis, de manhã então são filas intermináveis em todas as paragens, e as pessoas de Sarilhos até a Lançada são as pessoas mais crucificadas, daí que ache que se devia estudar bem os planos e ver como é que devem alinhar isto para ninguém ficar prejudicado.

### **Sra. Ana Costa**

Disse que mora há vinte e dois anos na Moita, na urbanização São Sebastião, e vai para Lisboa trabalhar há mais ou menos vinte anos, pelo que já passou por tudo, e já foi bem pior na altura em que não havia autocarros, só havia para o Barreiro, portanto, nesse aspeto, estão bem melhores, já têm um autocarro perto, mas a questão é que, também já há alguns anos, desde que ele existe, e sobretudo desde que os passes desceram abruptamente o preço e passaram para quarenta euros, as pessoas do Vale da Amoreira, que tem uma grande população, deixaram de ir pelo Barreiro, o que veio encher os autocarros dos TST e, desde então, tem sido um martírio, porque é só vê-los passar e a própria, aqui na urbanização São Sebastião, a ficar na paragem.

Tem amigos que apanhavam o autocarro na Lançada, porque deixam os filhos no Colégio do Tejo, que já há uns anos desistiram e acabaram por fazer outras rotas, e a própria, muitas vezes, também desiste, porque tem meses em que prefere ir de carro. É claro que isso comporta uma grande despesa no seu orçamento familiar, mas, de facto, e sempre o disse, estão tão perto de Lisboa e tão longe, ou seja, estão tão perto em termos de distância e estão sempre tão longe e estiveram sempre tão longe. É claro que melhorou bastante, mas mesmo assim ainda continuam a estar muito longe, e quer acreditar, como quis sempre acreditar, que isto ia melhorar com esta nova solução, mas a verdade é que ainda não está alinhado. Na sua opinião, devia haver mais horários para que a probabilidade de chegar à Lançada e não ter lugares fosse mínima ou nula, ou seja, chegarem à Lançada e terem a certeza que as pessoas da Lançada vão entrar ou, pelo menos, se não entrarem num entrarem no próximo, mas o próximo não pode ser daí por trinta minutos, não podem continuar a estar tão longe de Lisboa, porque mesmo sendo sortuda nesse aspeto, uma vez que trabalha no Parque das Nações, continua a sair uma hora e meia antes, e às vezes mais. Se não for na hora de ponta, porque os seus horários não são fixos, só tem autocarro de hora a hora e ainda vai mais cedo, porque para chegar a determinada hora ainda tem que sair mais cedo.

Quer acreditar que as coisas vão melhorar e que as suas filhas que, certamente, vão estudar para Lisboa, possam ir de transportes públicos, que, aliás, é o que todos querem, que as pessoas andem e se movimentem em transportes públicos, mas são necessárias soluções porque chega de problemas. A Moita tem um número enorme de passageiros e, como disseram há pouco, basta ir para o terreno e ver que, por exemplo, na Gare do Oriente a fila vai da paragem até à paragem de Setúbal. São os que têm mais passageiros porque têm passageiros desde o Vale da Amoreira até à Lançada, portanto, vão ter que

oferecer uma solução para as pessoas não terem que apanhar outras rotas ou para as pessoas não pegarem nos carros e irem de transportes.

#### **Sra. Maria Celeste Pereira**

Disse que mora, exatamente, no mesmo bairro que a senhora que falou há pouco, e que tem pouco a acrescentar porque já foi tudo dito, mas, de facto, o problema dos transportes continua. Está cá há vinte e dois anos, é também é uma sortuda porque passou a ter transporte à porta de casa, o que não tinha e também ia de barco, e apenas quis acrescentar uma coisa porque não pode aceitar que um condutor de um autocarro lhe diga que não pode entrar porque não há lugar e, quando lhe perguntou se vinha algum autocarro atrás, lhe responde “Não, não vem. Se quer chegar a horas ao trabalho levante-se mais cedo e venha para a paragem.” E isto não pode aceitar.

#### **Sra. Isabel Maria T. Rodrigues Vintém**

Vive na Moita há vinte e sete anos, já teve muitas dificuldades em transportes e chegou a apanhar cinco transportes para chegar ao trabalho. É verdade que melhorou um bocado, mas não está resolvido e atualmente está péssimo e a solução é fácil, é haver mais carreiras a partir da BP, mais e mais carreiras, porque são muito poucas. A partir do bairro de São Sebastião, que é onde mora, já não entra ninguém. Não entra ninguém. Não consegue apanhar o autocarro na sua paragem. É triste ter que andar quilómetros para trás, levantar-se com horas de antecedência para entrar no seu emprego às nove horas, porque é pontual e para não chegar tarde, e isto é uma guerra de há anos, e nem sequer deviam estar aqui a discutir isto porque se trata de um serviço público que devia ter sido estudado antes, devia ter sido estruturado e devia ter, no primeiro dia, funcionado como deve de ser.

O primeiro dia foi um dia horrível, em que puseram autocarros de brincar às pessoas, pequeninhos, autocarros de brincar. Nem queria acreditar no que estava a ver. Quando pensavam que, finalmente, iam ter um bom serviço e ainda bem que a Carris vinha para aqui, afinal é péssimo, ainda é pior do que o que tinham, bem pior, portanto, espera que melhore, que vão para o terreno, que falem com os motoristas, porque eles têm uma experiência brutal e, geralmente, nunca falam com os funcionários que estão no terreno, e o maior erro de toda a gente é esse, mas eles têm muito a dizer e os senhores têm muito a aprender.

#### **Sra. Vanda Sofia Mandigas**

Mora na Moita há vinte e cinco anos, sempre trabalhou em Lisboa porque é de Lisboa, também começou com o comboio, barco, e é das primeiras pessoas da Moita a andar de transporte público para Lisboa, para a Gare do Oriente, inicialmente, nos TST, e até pode dizer que o primeiro mês nos TST para Lisboa foi de graça, e apenas queria perguntar quem é que escolheu os autocarros para a área quatro, porque gostava mesmo de saber.

Outra questão que gostava de saber, uma vez que hoje saíram novamente a partir de amanhã, é o que é que é o horário de verão e o que é que é o horário não escolar.

Por último, e em resposta à questão colocada relativamente aos lugares para deficientes estarem desocupados, disse que a razão porque eles não se podem lá sentar é porque não têm cinto de segurança. Os motoristas não têm culpa, e até sabe que eles gostavam de ajudar, mas também pode dizer que uma vez responderam a um motorista que o lugar dele era conduzir autocarros, não era opinar. Há motoristas que gostavam de ajudar mais, mas não os deixam e respondem-lhes que os motoristas são para conduzir autocarros porque foi para isso que eles foram contratados.

#### **Sra. Daia Monteiro**

Vive na Moita há muitos anos, na urbanização São Sebastião, sempre utente utilizadora dos transportes públicos ao longo destes anos, e depois desta alteração, desta inovação, tendo em conta também tudo aquilo que as outras pessoas já disseram, disse que queria acrescentar alguns aspetos. Primeiro, porque a Carris Metropolitana, sendo a responsável, tem, realmente, de fazer um planeamento objetivo das necessidades na freguesia da Moita, porque tendo em conta todo o concelho e todo o percurso dos transportes, portanto, Vale da Amoreira – Lisboa, a freguesia da Moita situa-se a meio desse percurso, e como houve uma afluência muito grande da utilização destes transportes, logo no início, portanto, no ponto de partida, no Vale da Amoreira, enche, fica lotado e os utentes da freguesia da Moita, Sarilhos e Lançada

em diante, ficam sem transporte. Acha que não é correto que um utente que paga ao dia um de cada mês o seu passe, sem contar com os descontos que já fazem, chegue à paragem e não ter lugar para ir. Isto é uma coisa, absolutamente, inadmissível, portanto, têm que ver porque têm o direito ao transporte.

Depois desta objetividade e complementando tudo aquilo que as outras pessoas já falaram, quis começar pela sensibilização dos motoristas que, por vezes, são mais agressivos, ou então porque também estão um bocado ansiosos com esta novidade e, se calhar, não tiveram a sensibilização e formação necessária, e que aplicam regras um bocado desproporcionais, por exemplo, em relação ao fecho das portas, porque quando chegam ao terminal, em Lisboa, não abrem as portas para que todos saiam. Alguns fazem, outros não, e têm que estar a sair àquela hora em que estão com pressa todos pela mesma porta, e isso não tem lógica porque estão no terminal e, por aquilo que lhe disseram, é proibido no término do percurso uma das portas ainda estar fechada. E depois há outros aspetos como a utilização ou não da área para a mobilidade condicionada, em que uns permitem o uso na ausência de alguém com mobilidade condicionada, outros não permitem, portanto, é uma confusão e os próprios motoristas não estão sensibilizados para isto, para o que devem ou não fazer.

Voltando à questão dos horários, sempre tiveram maus horários na Moita em relação aos transportes, tanto no agora 4701 como no antigo 410, que agora é o 4600, e sempre foram maus porque têm momentos em que ficam cerca de duas horas numa paragem à espera do autocarro, e isto é arcaico. É arcaico porque hoje em dia, o trabalho não termina às sete nem às oito, há pessoas que trabalham na Gare do Oriente, no Vasco da Gama, e que terminam à meia-noite e à uma da manhã, e não têm como regressar à Moita, o que é inadmissível no século vinte e um, e têm que olhar para isto com mais atenção porque as pessoas têm que dar uma volta enorme, portanto, tem que haver uma mudança. Estão a trinta quilómetros da capital, como já foi referido, e se quiserem ir a um restaurante, se quiserem ir a um cinema, se quiserem ir ao Vasco da Gama mais tarde, não têm transporte porque acaba às oito, ao fim de semana praticamente não há, fazem 4 carreiras, portanto, têm que ver isto com atenção porque as vidas não acabam. As pessoas trabalham, trabalham, trabalham e, pelo menos, que cheguem à paragem e tenham o seu transporte de regresso a casa seguro, portanto, há que fazer aqui um reforço, principalmente no 4701.

O reforço das seis da manhã que foi anunciado, e que não sabe para quando será, até agora ainda não o conseguiu apanhar, e no das oito, como toda a gente já sabe que fazem sempre o das oito com partida na Moita, a afluência também tem sido enorme e, muitas vezes, quando o das oito chega à urbanização já não há lugares, nem na marginal, portanto, isto não pode ser. Têm que ver isto e também informarem quando é que os novos horários estarão em vigor, através de uma informação objetiva dentro dos visores do autocarro, e dizerem quando é que será, hoje ou amanhã, porque ficam sem saber se são os horários antigos que estão a vigorar ou se são os atuais, porque ficam completamente perdidos e uma pessoa sai de casa para ir trabalhar e já começa o dia com uma pilha de nervos, preocupada em como é que vai chegar ao serviço, e isso não está correto, e aos fins de semana o serviço de transportes é irreal, pelo que têm que melhorar.

Um outro aspeto que quis referir é que têm um comboio, mas uma vez que a localização do comboio é fora do centro, podiam dinamizar melhor os pequenos autocarros até ao comboio, porque, muitas vezes, poderá ser uma opção, em vez de estarem todos focados no trajeto do expresso, seguindo através do Barreiro, que também está sujeito a transportes, mas irem num instante até ao comboio, só que como é distante é mais difícil, à semelhança, por exemplo, do concelho de Cascais, onde têm uns autocarros pequenos que ali circulam, mas circulam com mais horários, não é de duas em duas horas, e é só apanhar o autocarro pra chegar ao comboio, e isto é apenas uma ideia, mas acha que poderiam aproveitar.

Por último referiu que, no site, os horários também estão confusos, o que deve ser melhorado, bem como deve ser dada a opção de imprimir ou de fazer um download, e reiterou que, realmente, há que melhorar isto e saírem deste atraso destes anos todos.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas, excetuando as questões relativas aos transportes que serão abordadas após a intervenção dos responsáveis da Área Metropolitana de Lisboa e dos Transportes Metropolitanos de Lisboa, tendo sido manifestada intenção de intervir pela CDU e pelo BE.

### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Disse que esta intervenção da CDU se prende com os trabalhadores que estiveram presentes e com os munícipes que colocaram questões de interesse para o concelho e também do interesse individual de cada um, mas na verdade não poderiam deixar, também em respeito a todos os presentes, de fazer a sua intervenção e dar a sua opinião.

Em relação às questões que aqui foram colocadas no período da intervenção do público, disse que a bancada da CDU irá acompanhar os desenvolvimentos e as respostas, e algumas não respostas, algumas não esclarecedoras, que foram aqui dadas nas intervenções da Câmara Municipal, mas pediu que lhe permitissem também dar aqui uma palavra para lamentar a forma intimidatória com que o senhor Presidente se dirigiu aos trabalhadores aqui presentes. Obviamente, isso suscita algumas reações, por sua vez também lamentáveis, mas ação suscita reação e, de facto, dirigir-se aos trabalhadores de uma forma algo intimidatória e dirigir-se ao sindicato da forma como aqui assistiram, realmente, não abona muito em nome da democracia e desta casa onde todos estão a participar, com respeito pelos interesses e pelas opiniões de cada um.

Relativamente à questão do pedido dos trabalhadores para a cedência do autocarro, e porque têm conhecimento que a um sindicato é negada a cedência do autocarro, mas há outros sindicatos, talvez mais amigos, a quem é feita a cedência do barco, perguntou se isso realmente aconteceu porque, a ser verdade, é lamentável que isso assim tenha sido, porque não pode haver essa discriminação entre trabalhadores. Todos têm lugar em democracia e não é porque um sindicato é mais simpático para quem, neste caso, exerce a gestão, que se vai ceder seja o que for.

Pediu que lhe permitissem também valorizar o trabalho dos funcionários, e muitos daqui são trabalhadores, não são funcionários públicos que, naturalmente, também trabalham nas suas empresas, porque em cada ramo de atividade, em cada exercício que é feito, o respeito pelo trabalho, de facto, é muito importante, e é também importante quer o desempenho nas atividades privadas, porque elas são úteis, mas também na atividade do serviço público e, de facto, os trabalhadores das autarquias, que prestam um serviço público essencial, como aqui já foi dito, e que em plena pandemia recolheram o lixo, desentupiram os esgotos, forneceram a água, de forma geral, todos eles são merecedores da sua consideração e do seu respeito, razão porque também aqui queriam deixar essa palavra de apreço.

Em relação a algumas questões que aqui foram colocadas, relativamente ao funcionamento do concelho, ao estado do concelho e ao estado que se avizinha, disse que o senhor Presidente tem avançado com uma estratégia que é a das “queixinhas” e a de “a culpa é dos outros”. A culpa é do anterior executivo, a culpa é dos trabalhadores, agora a culpa é da estrutura, no centro de saúde a culpa é dos juristas, há sempre alguém a quem atribuir a culpa, pelo que pediu ao senhor Presidente que assumisse a responsabilidade, porque está eleito desde setembro e tomou posse em outubro. Sabem que no concelho, obviamente, não estava tudo bem e ninguém pode vir aqui dizer que estava tudo bem, porque as coisas são dinâmicas e têm que melhorar, porque a vida constrói-se melhorando o dia a dia, agora dizer que estava tudo mal, que ia resolver tudo e, de um momento para o outro, dizer que não consegue resolver e, infelizmente, e di-lo sinceramente, desculpar-se porque a culpa é dos outros. A culpa é sempre de alguém e o senhor Presidente não assume a responsabilidade e deve assumir e ser vertical, porque isto de fazer mal, às vezes, ajuda a fazer bem, mas se não se reconhece o que se está a fazer mal, nunca se consegue fazer bem, e era isso que queriam aqui dizer.

Quanto à questão aqui colocada pela Banda Filarmónica, quis dizer que é uma queixa comum às várias associações do concelho, aos vários clubes, a falta de apoios que a Câmara Municipal tem prestado, e continua a prestar, e mais, a complicação que é conseguir um subsídio porque é uma burocracia tremenda. É comum e têm-lhes chegado várias queixas relativamente a isto, sobre os cortes no apoio à Banda e no apoio às associações, e que os apoios são, de facto, muito precários e são muito poucos, mas para uma festa que vai haver no dia dois, sábado, vai-se gastar mais de trinta mil euros, “derreter” trinta mil euros numa noite para apoiar uma festa de uma rádio, e é esta gestão, é esta opção que condenam, porque isto é um caminho que não é o da participação da população, mas sim o de criar aqui algum favorecimento a algumas clientelas que se quer apoiar.

Por último, e porque é de toda a justiça dizê-lo, quis também agradecer a presença da AML, da TML e da Carris Metropolitana nesta reunião, e também dizer que consideram que o convite devia, igualmente, ter sido feito ao operador Alsa Todi, porque há questões que aqui foram colocadas que não são tanto do ponto de vista apenas da conceção do sistema, ou de como ele está a ser implementado, mas que têm a ver com questões da operação, uma vez que foram aqui colocadas questões de formação, questões que são concretas e às quais o operador também devia estar aqui a dar a cara e a responder às questões que aqui



são colocadas. Tal como aqui foi dito, “isto já foi pior, mas querem melhor” e na CDU também querem, porque foi para isso que o sistema do transporte público rodoviário foi criado na Área Metropolitana de Lisboa, o que foi uma grande conquista, bem como o passe intermodal, que trouxe muito mais passageiros ao sistema, mas é preciso que o sistema dê boa resposta às necessidades, é necessário que sejam feitos ajustamentos, é necessário que sejam feitas melhorias, e querem que esses ajustamentos aconteçam para servir melhor as pessoas, e querem também ouvir, naturalmente, as explicações dos representantes que aqui estão, pelo que, na altura do debate, também intervirão sobre esta matéria.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Esclareceu que o operador Alsa Todi não foi convidado porque não contratualizou nada diretamente com a Câmara Municipal da Moita. Quem contratualizou essas empresas parceiras foi a TML, portanto, a responsabilidade e a gestão competem à TML.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Disse que queria levantar algumas questões e que começaria por aquela que o deixou aqui um pouco mais perplexo e que tem a ver com a intervenção do representante dos trabalhadores aqui nesta Assembleia Municipal. Pensa que este tipo de intervenção, na sua perspetiva, só tem um culpado, e que esse culpado é o executivo da Câmara Municipal, porque hoje em dia já muitas empresas adotaram um sistema de gestão em que reúnem, no mínimo, uma vez por mês com os representantes sindicais ou até mesmo com os sindicatos, independentemente da sua cor, e se isso for feito com o executivo desta autarquia, pensa que não irão assistir mais vez nenhuma a situações destas, que são deveras lamentáveis, pelo que o apelo que deixou ao executivo foi o de criar um dia numa semana, pelo menos uma vez por mês, porque os problemas dos trabalhadores são sempre muitos e porque é necessário ouvi-los, até para melhorarem a gestão que querem, e porque as relações com os sindicatos não podem ser relações de ódio. O ódio só se acumula quando se está de costas voltadas, portanto, é bom que se encare e que se tenha a hombridade de falar e de institucionalizar na autarquia este tipo de relação.

Quanto às questões da limpeza urbana que foram aqui feitas, reconhece que, efetivamente, as coisas estão más. Diria que já estiveram piores, mas ainda não estão boas, estão más. Por exemplo, e a título de brincadeira disse que não sabia se era ou não pelo nome, na praça Karl Max e na rua 26 de Janeiro, na Baixa da Banheira, há pelo menos três semanas que não é recolhido o lixo dos resíduos sólidos, e escolheu estes dois exemplos porque mora no meio, portanto, vê a situação em que as coisas estão, tal como, por exemplo, junto ao Pitéu, na Baixa da Banheira, onde têm os contentores do papelão, completamente partidos, partidos mesmo, pelo que era bom que atendessem a estas questões.

Por último, relativamente às questões das carreiras dos transportes, quis agradecer a presença dos representantes do gestor do serviço e dizer, apenas para dar uma ideia, como se diz naquele anúncio que não sabe se já viram, “eu ainda sou do tempo” em que os Belos tinham desdobramentos. É uma ideia que deixa aqui à consideração, porque o desdobramento não precisa de atravessar a ponte todos os dias, e se chegar à Lançada e não tiver passageiros pode, perfeitamente, voltar para trás e fazer o desdobramento imediatamente a seguir.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que, entretanto, o senhor António Costa do PS também tinha pedido a palavra.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Começou por fazer notar a presença dos responsáveis da AML e dos TML, e disse que a sua intervenção, naturalmente, tinha sido provocada, porque não era sua intenção falar sobre aquilo que se tinha dito, o que era claro e evidente, mas foi provocada, e sabe que vai haver novamente reações, mas a verdade é que gosta desta palavra, por este cinismo que surge da intervenção do deputado João Faim, com uma série de contradições que merecem, naturalmente, alguns reparos e algumas respostas, porque todos respeitam muito os trabalhadores, é evidente, e têm essa condição porque todos são trabalhadores.

O deputado João Faim fez notar a enorme preocupação que tem por causa das reivindicações dos trabalhadores, algumas delas bem antigas, e aqui a primeira grande contradição, porque não faz sentido algumas das reivindicações terem vindo até agora, afinal, foram quarenta e muitos anos de gestão CDU que podia ter resolvido uma série de coisas, alguns subsídios, etc.

Neste momento, e perante um comentário vindo de um deputado da bancada da CDU (sem recurso a microfone), disse que se o senhor deputado quisesse podia vir intervir, até porque não custa nada e o senhor Presidente parece estar a querer facilitar, uma vez que facilitou a sua própria intervenção, e também poderá facilitar a intervenção do senhor deputado.

Continuando, com alguma calma e alguma tranquilidade que são precisas, uma vez que os ânimos, estranhamente, já estiveram demasiado exaltados, algo que nunca aqui se tinha passado, com esta cena quase medieval com os gritos e com as intervenções. Tudo isto dá a sensação, porque nunca aconteceu, que foi devidamente preparado e, ainda por cima, recebeu agora a notícia que os trabalhadores que aqui estiveram puseram em causa os serviços que eram para ser realizados agora, portanto, parece que a recolha dos resíduos sólidos urbanos ficou bastante comprometida.

Aqui, e em resposta a comentários vindos da bancada da CDU (sem recurso a microfone) disse que se achavam isto normal, o próprio não achava, e que estava aqui a expressar a sua opinião, como tal, tinha todo o direito de referir que não acha normal os trabalhadores virem para um fórum destes, deixarem o trabalho para trás e chegarem lá quando lhes apetecer. A culpa, naturalmente, é dos atuais responsáveis pela Câmara que, com certeza, vão tomar medidas no sentido de isto não voltar a acontecer, sendo que é muito difícil. É muito difícil porque a instrumentalização é nítida e clara, e era preciso referir isto, mas que não se ia alongar mais para que o senhor Presidente não fosse, eventualmente, acusado por o tempo da sua intervenção ser muito.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, perante o pedido de defesa da honra manifestado, deu a palavra ao Deputado Municipal João Faim.

#### **Defesa da Honra proferida pelo Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

“Esta situação era desnecessária se o senhor Presidente não abrisse o precedente que abriu, porque toda a gente viu que o senhor não estava inscrito e o senhor Presidente quis fazer o favor de dar a palavra ao senhor.

Eu não quero demorar muito tempo na defesa da honra, porque quero dizer a este senhor que é sistematicamente a mesma coisa, é um agente provocatório. Ele não está aqui para esclarecer as pessoas, Não está aqui para deixar esclarecer as pessoas.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Neste momento, e perante a interrupção da intervenção supra (sem recurso a microfone), pediu aos deputados para não entrarem em diálogo.

#### **Defesa da Honra proferida pelo Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU (continuação)**

“Este senhor é um agente provocatório. Este senhor faz sempre a mesma coisa, as pessoas estão aqui para ser esclarecidas, quem nos ouve lá em casa está aqui para ser esclarecida. A intervenção deste senhor ao provocar é, exatamente, para que esse esclarecimento não seja feito, e não me vou alargar mais por isso mesmo.

Senhor Presidente, continue com a reunião, dê a palavra, porque as pessoas querem ser esclarecidas. É por isso que aqui estão e não para ouvir baboseiras.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Dirigindo-se às pessoas presentes pediu que não batessem palmas, porque isto não era nenhum espetáculo, e é necessário respeitar as pessoas.

Em seguida, e porque a defesa da honra anterior ofendeu o deputado municipal António Costa quando foi dito que era um “agente provocador”, deu-lhe a palavra perante o pedido de defesa da honra que manifestou.

**Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)**

Questionou a atitude do senhor Presidente por não ter reagido da mesma forma quando o deputado municipal António Costa usou a palavra “cinismo”.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Esclareceu que não iria interromper e que tinha pedido para que não entrassem em diálogo, mas recordou que também não o tinha interrompido quando o chamou de “agente provocatório”.

**Defesa da Honra proferida pelo Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

«Eu compreendo as pessoas que aqui estão já estão a ficar fartas disto, é lógico, é o tipo de situação que não agrada a ninguém nem a mim próprio.

Eu só queria dizer ao deputado municipal João Faim que essa do “agente provocatório” é um termo que se utilizava muito, mas era quando os indivíduos do Partido Comunista iam até à Alemanha democrática e à Rússia tirar o curso. Havia um curso de agente provocatório. Não é o meu caso. Não é o meu caso, eu nunca lá fui.»

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Neste momento, perante a interrupção da intervenção supra (sem recurso a microfone), recordou que tinham aqui os convidados para explicar algo fulcral à população do concelho, pediu para não se pronunciarem, para se deixarem de *faits divers* e permitirem que o deputado municipal António Costa terminasse a sua defesa da honra.

**Defesa da Honra proferida pelo Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS (continuação)**

“Vou terminar já, deixando a ressalva que não, eu não tirei o curso de agente provocatório. Vou poupar as pessoas a este tipo de discussão e vou dizer ao engenheiro Faim o seguinte, os truques...”

Neste momento, e perante um comentário vindo da bancada da CDU, (sem recurso a microfone), disse: “Não. Lá fora o quê? Mas o que é que é isso? Ó Miguel Canudo, esse tempo já passou. São outros tempos. Outros tempos. Os tempos em que o pessoal do PC andava lá a querer matar as pessoas, isso já passou. Portanto, não é essa a situação. Pois, há muita gente que se esqueceu, eu não me esqueci, no entanto, por respeito por aqueles que aqui estão, eu não gosto de deixar passar as coisas, elas têm que ser ditas, custam, mas têm que ser ouvidas. Por respeito para com os que aqui estão eu vou acabar. É melhor, exatamente, mas cuidado, cuidado.”

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção, deu por concluído o período de intervenção do público

**PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA**

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Deu início à audição ao Primeiro-Secretário da Comissão Executiva da AML e ao Conselho de Administração da TML sobre a implementação da Carris Metropolitana.

**Primeiro-Secretário da Comissão Executiva da AML, Sr. Carlos Humberto**

Começou por agradecer o convite para estarem aqui presentes, uma vez que o que querem, aquilo para que estão disponíveis, o que desejam e que é sua obrigação, é ouvir, tentar esclarecer o que conseguirem esclarecer, mas, particularmente, estar próximo de quem vive os problemas e, no fundo, aprender com quem tem os problemas do quotidiano.

Pensa que a maioria dos presentes sabe, mas esclareceu que os municípios, a Área Metropolitana, e também com a intervenção do estado central, do Governo, estudaram, conceberam e construíram um projeto relativamente aos transportes e à mobilidade da área metropolitana, que é um projeto cujo objetivo central pretende criar melhor mobilidade para as pessoas, criar melhores transportes para as pessoas. O que se pretende é que o direito da mobilidade, o direito ao transporte, seja ampliado. É esse o objetivo central deste processo, que foi construído à volta dos transportes e da mobilidade e, para isso, naturalmente, conversaram muito, discutiram, encontraram caminhos e tiveram que encontrar também financiamento.

A primeira grande medida que já aqui foi referida, foi a redução tarifária. A criação do passe navegante permitiu, através do passe metropolitano por quarenta euros, do passe municipal por trinta euros, bem como com todas as outras soluções, o passe de família, o passe dos doze anos, que é gratuito, e o passe mais sessenta e cinco por metade do preço, que se dessem mais direitos às pessoas, e este direito não foi só o de tornar o transporte mais barato, ainda que tenha sido este o aspeto que quem usava os transportes mais sentiu, e até diria que, nas últimas décadas, para aqueles que utilizavam o transporte coletivo, talvez tenha sido o maior aumento de rendimento familiar que as famílias da área metropolitana tiveram. Mas, para que isto tivesse acontecido, o Governo põe, através do orçamento de Estado, por ano, noventa milhões de euros, e os municípios põem, por ano, trinta e dois milhões de euros, portanto, esta redução tarifária que tem este objetivo tem também custos, que são os custos que referiu.

Nem todos conhecem, mas havia dois terços do território da área metropolitana que tinha passe e um terço da população da área metropolitana não tinha direito a ter passe, independentemente do preço a que ele tivesse, e esta medida permitiu que se pudessem deslocar em toda a região metropolitana, em todos os modos de transportes, como foi aqui referido, e bem, ou vão de barco, ou vão de comboio, ou vão de autocarro, vão no transporte que for mais conveniente e podem deslocar-se para todos os pontos. Podem ir da Moita a Mafra, e se quiserem vão todos os dias a Mafra, ainda que espere que ninguém do concelho da Moita trabalhe em Mafra, porque do ponto de vista dos transportes coletivos seria duro, ainda seria mais duro, mas passaram a ter essa possibilidade.

Assim, consideraram que isto era um passo, mas era preciso dar mais passos, e um outro passo, até porque os municípios passaram a ter uma competência que não tinham, que é a competência do transporte rodoviário de passageiros, ou seja, a responsabilidade do transporte rodoviário de passageiros passou a ser dos municípios que, entretanto, mandataram a área metropolitana para assumir esta responsabilidade. Perante o que se pensou, o que foi tratado, o caminho que foi feito e que, tal como aqui disseram, isto já foi bem pior porque nem havia transporte, porque o problema, e aqui disse que, se calhar, ia ser politicamente menos correto, era estarem nas mãos das empresas de transportes rodoviários que faziam, permitam-lhe a expressão, quase o que queriam, porque a intervenção dos municípios era mais limitada. Então propuseram, e bem, fazer um concurso público internacional para passarem a ter um serviço público de transportes rodoviário mais potente e em que o poder local, neste caso, através da área metropolitana, pudesse ter uma maior intervenção e para que pudesse controlar de forma mais eficaz todo este processo, e então fizeram um caderno de encargos, dividiram a região em quatro zonas e fizeram um concurso. Já agora, e para que todos os presentes tenham uma ideia, disse que este concurso, para sete anos, custa um vírgula dois milhões de euros, valor que, sendo sincero, só consegue escrever por extenso, com os números zero não consegue.

No caderno de encargos, que é uma coisa muito complexa, até porque este é o maior concurso público nacional, e o primeiro com esta dimensão, o dinheiro é todo da Área Metropolitana que depois paga ao quilómetro, onde cada quilómetro custa xis, e o operador tem um conjunto de responsabilidades e, no caso, a Alsa Todi não está a cumprir com as suas responsabilidades. Já escreveram a carta que, formalmente, é preciso mandar para a Alsa Todi a dizer que não estão a cumprir aqui, aqui e aqui e estão sujeitos a estas penalizações aqui, aqui e aqui, para que, por cada infração, cada coisa que eles não cumpram, haja lugar a um processo jurídico formal e eles sejam penalizados por não cumprirem.

Como disse, fizeram este concurso para procurar ter melhor transporte, e depois de fazerem o caderno de encargos, etc., consideraram que a dimensão das responsabilidades que estavam a ter na área da mobilidade, porque não tinham apenas que gerir este concurso, este processo, porque, como disse, tinham noventa milhões de euros do orçamento de Estado e trinta e dois milhões de euros dos municípios, e tinham que receber o dinheiro todo dos passes e distribuí-lo por todos os operadores, porque depois uma parte é para o metro, outra parte é para os barcos, outra parte é para o sistema rodoviário, outra parte é para os comboios, etc., portanto, passam pelos serviços da Área Metropolitana entre trezentos a quinhentos milhões de euros e têm que dar resposta a isso, pelo que, em diálogo permanente com o Estado para encontrar a forma disto tudo funcionar, quer pelos aspetos formais, legais, etc., têm estado a

trabalhar e estão já numa fase mais avançada para a desmaterialização do sistema de bilhética, e qualquer dia não é preciso andar com o cartão, porque o telemóvel ou o cartão multibanco hão de servir.

Mas, para gerir tudo isto, tiveram que criar uma estrutura, a TML, e agora passaram à fase seguinte, que é o início desta operação, que tem as deficiências que já aqui foram referidas e tem outras que não foram aqui referidas. Sabiam que era um processo muito difícil, e para que se tenha uma ideia, disse que a Área Metropolitana de Lisboa tem cerca de catorze mil paragens, mil e quinhentos autocarros novos, milhares de trabalhadores, portanto, passaram de não fazer nada a fazer e a controlar e, quando estiver a funcionar em pleno, vão saber onde está cada autocarro, se o autocarro cumpriu ou não cumpriu o horário, se ele partiu a horas ou não partiu, quantas pessoas entraram no autocarro. É, de facto, uma coisa complexa e exigente, e depois tiveram azar. Tiveram azar e aqui estão a falar dos operadores, porque os autocarros estão cá e são todos novos. Contrataram uma empresa que tem a obrigação de cumprir e, inclusive, tem a obrigação de ter os trabalhadores para cumprir, porque não é a Área Metropolitana que vai admitir os trabalhadores, é a empresa que tem que os admitir e, se não cumpre, tem as penalizações por não cumprir, porque a Área Metropolitana não tem autocarros nem tem motoristas, portanto, tiveram que contratar quem tem autocarros e quem tem motoristas.

Neste momento, perante uma manifestação por parte do público, e não querendo entrar em diálogo, disse que daquilo que conhece, pelo menos relativamente a algumas das questões, as próprias empresas estão a facilitar, mas reiterou que não é competência da Área Metropolitana, porque só podem exigir que a empresa cumpra, não podem fazer mais nada a não ser exigir que a empresa cumpra. Essa é a sua obrigação, e se não cumprir recorrem aos mecanismos formais.

Quanto às questões que foram colocadas relativamente às antigas 333 e 4701, onde foi referido, e bem, que houve uma melhoria com todo o processo do passe navegante, processo esse que acompanhou muito de perto, em que intervieram e conseguiram que a empresa passasse a responder de forma menos deficiente, e é o que vão fazer agora. A partir de amanhã vai haver um reforço de horários, mas se lhe disserem que é insuficiente, o que responde é que isto é um processo, portanto, se não dá resposta têm que tomar medidas para que responda. Quanto à tipologia dos autocarros, o que disseram às empresas foi que era preciso ter uma tipologia de autocarros que garantisse lugares sentados para as pessoas que vão por autoestrada ou via rápida, mas não lhes cabe dizer se o autocarro tem trinta, sessenta ou setenta lugares, o que lhes cabe é exigir que os operadores tenham os autocarros suficientes e adequados para as necessidades. De facto, como aqui foi dito, eles compraram autocarros de sessenta lugares, e uma parte dos autocarros anteriores dos TST tinham setenta lugares, mas isso quer dizer que eles, em vez de terem dez autocarros, têm que ter doze, e é isso que vão exigir e já estão a pressionar.

Está de acordo que têm que aprender muito, têm que estar disponíveis para aprender, muito disponíveis, essencialmente, disponíveis para aprender com quem sabe, e acha que as pessoas, na generalidade das questões que colocam, têm razão, porque as pessoas têm o direito a ter transportes para trabalhar, para estudar, mas também para terem cultura, lazer e se divertirem. Não têm dúvidas nenhuma disso e o seu papel é fazerem um esforço para que isso aconteça, e por isso é que o Estado central e as autarquias põem cento e vinte e dois milhões de euros no serviço, portanto, a sua predisposição é trabalhar para resolver as questões. Se lhe perguntarem se amanhã está tudo resolvido, não estará com certeza, mas se amanhã estará melhor, estará com certeza, e se daqui a quinze dias estará melhor, estará com certeza.

Quanto às sugestões concretas, pensa que algumas das sugestões que aqui foram apresentadas são possíveis, mas reiterou que, tal como intervieram para resolver os problemas da 333, o que sabe, uma vez que já estava nestas suas funções, é que irão igualmente intervir, agora com melhores condições, para atenuar ou resolver os problemas da 4701. Daquilo que percebe, a Alsa Todi tem os autocarros todos, pode ter que os dimensionar, mas tem autocarros e, segundo a informação que têm, a partir do dia quinze, de meados do mês, têm os sistemas tecnológicos a funcionar, o que quer dizer que passam a saber onde está o autocarro e se o autocarro cumpriu ou não cumpriu, em tempo real, não é por fiscalização física, é em tempo real. Depois, está com um atraso na colocação dos horários, mas pensa que hoje se deu um avanço importante, está com um atraso com algum significado na colocação dos postaletes e, no fundamental, parece-lhe que são estas as falhas, que não são pequenas.

Todas as quatro empresas que ganharam os lotes estão com problemas ao nível dos recursos humanos, e esse foi um dos motivos porque foi adiada a entrada em vigor dos transportes da Carris Metropolitana em Lisboa, porque ainda estavam mais atrasados e com mais problemas do que estavam aqui. Por exemplo, não tinham viaturas suficientes, porque ainda não tinham chegado as viaturas, mas todos eles tinham falta de motoristas, e esse é que é o problema central, mas, reiterou, eles concorreram a um

concurso em que se comprometeram a fazer determinadas coisas, portanto, têm que, obrigatoriamente, cumprir, e é neste sentido que estão a trabalhar.

Para terminar, disse que é predisposição da Área Metropolitana continuar a intervir como até aqui, para ir melhorando a oferta do serviço e amanhã, como disse, haverá alguns reforços na 4701 e, em princípio, também algumas carreiras da rede local começarão amanhã.

### **Presidente do Conselho de Administração da TML, Eng.º Faustino Gomes**

Disse que ia ser muito breve, porque o Primeiro-secretário já tinha referido o essencial do caminho que estão a fazer, e só queria deixar aqui o reforço do seu compromisso, porque entendem qual é o seu papel, entendem que a sua ação impacta nas pessoas, têm a humildade de perceber que não está tudo bem e têm a capacidade, e está nas suas mãos, juntamente com o operador, de melhorar o serviço. Sabem que este é um contrato a sete anos, sabem e têm consciência que cada pessoa que fica na paragem significa um problema, tudo farão e estarão sempre a trabalhar no sentido de melhorar essas circunstâncias, diria até, no sentido de eliminar essas circunstâncias, mas precisam de um bocadinho mais de tempo, porque essas circunstâncias não se alteram. Nas programações de uma operação deste tamanho, ao aumentar a frequência numa determinada área, atendendo à restrição que existe, neste momento, de recursos, vai prejudicar outras linhas, portanto, esta é uma gestão que tem que ser feita e que tem que ser feita juntamente com o operador, no sentido de não destapar alguma outra linha, e estão a fazer esse trabalho diretamente com o operador e esse trabalho vai ser feito continuamente até chegarem a uma situação que seja equilibrada.

Quando aqui foi aqui dito, por exemplo, para olharem para as lógicas dos desdobramentos ou coisas desse género, têm que ter a perceção que são técnicas que eram possíveis utilizar numa circunstância de grande disponibilidade, quer de autocarros, quer de pessoas, o que não é a situação que têm neste momento, portanto, cada horário que tenha uma pessoa dentro do autocarro tem que ir até ao seu destino, e é um processo que estão a acompanhar diretamente. A necessidade das ferramentas que acabaram de referir que vão passar a ter dentro quinze dias ao seu dispor, é para perceber, efetivamente, se um autocarro está a sair, se não está a sair, o tempo que ele demora entre cada uma das paragens, para com isso conseguirem melhorar também a programação. É esse o trabalho que estão a fazer, porque não têm a capacidade de serem os próprios a ir para o terreno e fazer mais autocarros porque não está nas suas mãos. O que está nas suas mãos é pressionar o operador para que isso possa acontecer, e esse é o compromisso que estão aqui a dar, ou seja, farão esse trabalho no sentido de conseguir resolver todas as situações, e estiveram a tomar nota de todas as situações que foram levantadas.

Sabiam que a linha que ia ter mais problemas, até porque têm um sistema de monitorização daquilo que são as reclamações, para perceberem a forma como estão a olhar para as reclamações, daí estarem a conseguir dar as respostas que têm conseguido estar a dar, e sabiam que o problema estava centrado na 4701, e é nessa que se estão agora a focar para resolverem este problema, que é um problema que sentem e que, no essencial, todas as pessoas que aqui falaram acabaram por falar na 4701, portanto, têm consciência disso e, naturalmente, estão a atuar nessa linha. Provavelmente, ainda não é suficiente e, se não for, farão todo o esforço para, muito rapidamente, corrigir essas situações para que ela passe a ser suficiente. É isso que, neste momento, podem dizer, sendo que não lhes cabe, não está nas suas mãos pôr os autocarros, porque não são seus, têm é a capacidade de insistir para que esses autocarros aconteçam e têm instrumentos para fazer essa insistência.

Relativamente há falta de recursos humanos que aqui foi elencada, mais uma vez, embora não fosse sua obrigação, trabalharam juntamente com os operadores, com todos das quatro áreas, no sentido de encontrar soluções. Têm estado a trabalhar com os operadores e com o IMT no sentido de levantar algumas das restrições que hoje existem à obtenção do certificado de aptidão para poderem conduzir os autocarros, uma vez que é um veículo muito diferente, que leva pessoas lá dentro, portanto, não podem entregar um veículo destes a qualquer pessoa, e há um determinado tipo de cuidados que têm que ser tidos, não é só ter a carta e ter um certificado, é ter determinado tempo de formação, e isso são processos que também demoram tempo. No entanto, sabem que vários operadores, nomeadamente, o operador desta área, que já tem um acordo com uma escola de condução de Setúbal, onde estão a começar a dar formação também às pessoas e, em alguns casos, não quer dizer que o operador deste lado o esteja a fazer, porque não tem a certeza, estão a oferecer a própria carta de condução às pessoas, com o compromisso de ficarem na empresa durante xis tempo, para resolverem este problema dos recursos humanos. Sabem que é um processo demorado, é um processo que, por exemplo, tem todo este percurso de criar condições para que possam ter motoristas que não sejam motoristas comunitários e que possam

entrar, nomeadamente, motoristas brasileiros, porque necessitam de interagir e de melhorar a língua, mas existem restrições a essa utilização, portanto, estão a trabalhar com o IMT no sentido de levantar essas restrições.

Não lhes cabia, mais uma vez, fazer isso, mas também não serve de nada dizer isto a todos os presentes, o que lhes serve é dizer que estão a trabalhar para resolver a situação, e é isso que estão aqui a dizer, que estão a trabalhar para resolver essa situação, como outras situações que, felizmente, nesta área, não se verificam, mas situações que existem noutras áreas, nomeadamente, falta de autocarros e falta de equipamento para controlarem o contrato, porque têm que ter esta preocupação não só de verificar o que está a ser feito, bem como verificar, essa por obrigação, até para quem está a meter o dinheiro para cobrir esta operação, o que está a ser feito e de que forma é que está a ser feito, em conformidade com o próprio contrato, que tem essas formas de ir verificando e de ir, de alguma forma, dando o ónus, mas penalizando a execução.

Era isto que queria dizer e é este o seu compromisso no sentido da melhoria. Não está a dizer que precisam de muito tempo para o fazer, mas sim que precisam de um bocadinho mais de tempo, porque o processo de reafetação de meios é um processo que demora o seu tempo.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir e informou que ia encerrar as inscrições.

### **Secretário da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Pedro Aniceto**

Começou por dizer que estava aqui na missão de representar a União de Freguesias do Gaio Rosário e Sarilhos Pequenos, mas também como cidadão, porque também sente o drama. Já sentia o outro drama da 333, também sente o drama do 4701 e, de algum modo, lamenta que não se tenha aprendido nada com a curva de pressão a que foram sujeitos da outra vez, porque era suposto já terem apanhado a transição do passe, e houve, efetivamente, algum período de perturbação que foi resolvido, mas subscreve quase todas as intervenções a respeito do 4071. É um movimento pendular, é algo que devia estar na consciência porque deve ser a linha mais importante de todo o concelho, é uma artéria pendular que tem demasiados anos e que lhe dá uma sensação que se tentou revolucionar sem ter em conta o passado, e isso não costuma funcionar, porque já deveriam ter um capital de experiência. As coisas estão um bocado caóticas, para ser simpático, e apercebem-se que há as queixas personalizadas, mas fala de coisas mais genéricas. Hoje mesmo, às quatro da tarde, um motorista da Carris Metropolitana entrou na junta de freguesia a pedir um horário e, por acaso, tinha, porque é o prato do dia, pelo que vai falar da usabilidade do site.

É informático de profissão, tem algum carinho por questões de usabilidade, e há pouco arrepiou-se quando disseram que havia catorze mil paragens, porque há catorze mil autocolantes mal gastos de QR Codes que não funcionam e nunca vão funcionar, porque quando aplicados em superfícies curvas os telefones não os conseguem ler, portanto, aquela coisa de “a que horas é que passa o autocarro”, multiplicado por catorze mil, assusta, e não percebe como é que uma coisa tecnológica tão básica consegue passar e ser aplicada, alguns ainda não têm, mas têm ruas com bandeirolas, e não sabe que sistema de siglas utilizaram, com nomes de ruas que não pertencem, e só têm duas linhas na sua freguesia.

E está a extrapolar porque, evidentemente, também já sabe que na Baixa da Banheira há erros gráficos de alguma importância, porque ninguém gosta e junto das freguesias as pessoas queixam-se imediatamente, “malandros chamam rua Alice Vieira à rua Maria Antónia”. Não é uma questão técnica grave, mas mostra que um ano e meio de preparação de uma operação desta envergadura, que prometia tanto e que pensa que ainda virá a entregar bastante, chegue aos dias de hoje neste tipo de condição. Pegando num exemplo, neste momento, nos postos amarelos ninguém consegue saber a que horas passa o próximo autocarro, mas se puserem o autocolante numa superfície direita vão perceber que ele funciona. Ponham-no no horário da bolha que ainda está para preencher, em vez de estar no autocolante, e o autocolante também não pode estar a sessenta centímetros do chão porque uma câmara tem que estar paralela a um QR Code para o ler, portanto, ninguém vai chegar lá abaixo para fazer esse gesto, e isto são coisas que acha absolutamente incompreensíveis.

A segunda questão que acha incompreensível, do ponto de vista da usabilidade, e que demonstra, claramente, que não aprenderam nada, e aqui recorreu a imagens que trouxe consigo dos postalões das redes, com o devida esquema cromático, para demonstrar que não se vê e não se vê porque preto sobre

vermelho durante o dia já é com alguma dificuldade, à noite recomenda, sem que subam ao poste, que tentem saber qual é a linha que lá passa, porque isto não se lê e o QR Code não se consegue ler quando colocado numa superfície curva. Perderam anos de experiência da Carris até chegarem a dois modelos, cuja imagem também apresentou, onde constam números brancos em fundo preto e números pretos em fundo branco, que, até o próprio, com as suas catorze dioptrias, consegue ver a não sei quantos metros, com o atual não é possível.

Este tipo de trabalho, num processo que levou anos a fazer, quando ao se ir para as redes sociais encontram uma coisa que é o “país real” que está a converter horários para um formato que as pessoas estão habituadas a ler, porque há grupos nas redes sociais a dizer “está aqui o horário convertido”, aquilo a que eles chamam de horário convertido, porque as pessoas têm um modelo diferente. A diferença, a mudança, a revolução, trazem sempre um problema de aceitação e não podem fazer revoluções à bruta sem pagar esse preço. Há pessoas que lhe dizem, e com razão, porque o que é o horário não escolar as pessoas sabem, o que não sabem é se já acabaram as aulas, se não acabaram as aulas, pelo que ter lá uma nota a dizer período não escolar ou período de verão é confuso, e o *average user*, o John Doe da vida, que vai ao site não sabe essas coisas, não consegue ler o QR Code na paragem e não tem horário na paragem. Em mil novecentos e quarenta a primeira coisa que os franceses fizeram, quando foram invadidos pelos alemães, foi tirar todas as placas de indicação, e aqui durante um mês estiveram assim, e é às juntas de freguesia que as pessoas vão.

Por falar em juntas, e para terminar, disse que a TML teve uma ação meritória um mês e meio ou dois meses depois do início desta operação, que foi chamar as juntas até si a pedir-lhes colaboração na divulgação. Desde essa reunião até hoje não houve mais nenhuma interação. Nada. A única interação que a TML teve com as juntas de freguesia foi ir aos *posts* de divulgação colocar coraçõezinhos amarelos, não lhes chegou mais nenhuma informação. A partir do momento em que as coisas começam a correr mal, e correram mal porque os prazos começaram a encastelar-se uns nos outros, quando estes problemas surgem só há uma solução para isto, é manter toda a gente no *loop*, mesmo para a desgraça, porque se souber que amanhã vai haver uma tragédia prefere saber que vai haver uma tragédia do que levar com o impacto dessa tragédia.

Na qualidade de representante de freguesia, gostava de ter um canal onde pudesse pôr os seus problemas, porque têm uma linha, a 4102, que diz Cabeço Verde - Sarilhos Pequenos, e amanhã vai estar no Cabeço Verde à espera do autocarro, porque este autocarro, durante o último mês, só fez Moita - Sarilhos Pequenos, e não sabe porquê. Os horários, salvo seja, umas micas de plástico terceiro-mundistas enfiadas com umas folhas em alguns abrigos, têm lá as paragens desde o Cabeço Verde, mas nenhum autocarro saiu do Cabeço Verde, e isto é incompreensível. Não consegue entender como é que uma operação desta dimensão, aliás, percebe, com a devida escala extrapolada para o tamanho que tem, porque o próprio em duas linhas tem ene problemas e tem circulações a menos do que aquilo que lhe foi “vendido” como contratualizado. Se aquilo que lhe foi entregue, e que consta como o novo esquema de transportes, não está a ser cumprido, e em duas linhas apenas, se extrapolar para o tamanho que esta operação tem, imagina que lhes seja difícil dormir em algumas noites depois de algumas assembleias municipais e de outros esclarecimentos.

#### **Deputado Municipal Independente Bruno Mendes**

Disse que apenas queria perguntar ao Senhor Carlos Humberto, uma vez que mencionou que algumas das propostas sugeridas pelos munícipes poderiam ser viáveis, quais é que são as propostas viáveis a que se referiu, para dar resposta a essas pessoas que apresentaram as sugestões e porque acha que será de todo o interesse saberem a quais é que se estava a referir.

#### **Deputada Teresa Lésico do Grupo Municipal da CDU**

Começou por dizer que também era utente da antiga 333, agora 4701, e que partilha a opinião de muitos utentes que vieram aqui e disseram de sua justiça, mas lembrou que a entrada em funcionamento destes autocarros coincidiu com uma greve na CP, na Soflusa tiveram vários barcos suprimidos, e ainda hoje alguns não estão em funcionamento. Ora, o que aconteceu foi que quem ia nos transportes do comboio e do barco recorreu, na sua maioria, aos autocarros, o que fez com que houvesse um aglomerado de pessoas nas paragens e o protesto foi mais que muito e aqui, uma vez que a greve da CP, que teve início no dia um e termina hoje, dia trinta, pensa que a partir daqui, até pelo aumento de autocarros que acabou de ouvir agora que vai haver, que vai haver mais equilíbrio, mas uma coisa é certa, após ter falado com alguns



motoristas detetou que eram pessoas muito mal preparadas, quer para lidar com o pessoal, quer também no conhecimento do percurso que tinham que fazer e onde tinham que parar.

Pensa que a Área Metropolitana tem, obrigatoriamente, que ter uma conversa séria com a própria empresa, porque não se pode mandar trabalhadores motoristas para a frente dos autocarros sem terem tido, minimamente, uma preparação ou uma formação para o fazerem, e que aquilo a que assistiram e que ainda têm estado a assistir, já não com aquela velocidade que tinham e com o aglomerado de pessoas que estava logo nas primeiras semanas, mas continua a haver problemas, carece de atenção, portanto, acha que a Área Metropolitana tem que fazer, exatamente, aquilo que acabou de dizer aqui. Tem que falar com a empresa e onde não está a ser cumprido, perante aquilo que contratualizou, que haja uma ação para que isso seja uma realidade, porque, reiterou, vai para o meio das pessoas, ouve-as, fala com elas e sabe que é muito duro para quem sai de casa às seis da manhã e volta às sete ou oito da noite, encontrar filas e filas, e primeiro que apanhe o autocarro é “dose”, e é preciso ter muita atenção a isto.

#### **Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS**

Começou por dizer para deixarem os motoristas porque, por vezes, defendem os trabalhadores, mas, por outro lado, atacam os trabalhadores. São coisas que não compreende, portanto, deixem os motoristas porque a culpa não é dos motoristas. O que ouvem de vários munícipes, e que, de facto, é uma realidade, é que nada funciona como já aqui foi dito, e a Câmara Municipal entra com novecentos mil euros, dinheiro dos munícipes e, como tal, os munícipes têm direito a ser bem servidos.

Está plenamente de acordo com tudo o que foi dito e, para terminar, apenas quis perguntar ao representante dos Transportes Metropolitanos de Lisboa qual a medida que será tomada a curto prazo.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Começou por dizer que esta operação que está agora a arrancar, nesta fase de implementação da TML, é algo que é disruptivo, basta pensarem na idade dos comboios que circulam na linha do Sado, em que muitos deles têm cerca de cinquenta anos, os barcos devem estar perto dos trinta anos e agora vão ter uma frota de autocarros com zero anos e vão ter soluções que, tecnologicamente, permitem avaliar, a todo o momento, o serviço que é prestado pela TML. Nesta altura, têm um passe social que, no caso do concelho da Moita, durante décadas e décadas foi reivindicado pela população e pelos autarcas deste concelho e, finalmente, no concelho da Moita podem ter acesso a um passe social como uma parte mais interna da Área Metropolitana de Lisboa. O próprio, que mora na Baixa da Banheira, tinha que se deslocar ao concelho vizinho para poder apanhar um autocarro usando o passe social e, neste momento, apesar de agora não usar autocarro porque, infelizmente, a sua vida profissional não o permite, o seu filho usa e apanha o autocarro na sua freguesia e desloca-se, na sua vida normal de escola ou, como foi aqui dito, e bem, que os transportes são utilizados não apenas nos trajetos de casa para o trabalho, mas também para o lazer, nas deslocações para a vida normal.

Aquilo a que estão a assistir nesta altura é, e reiterou, realmente disruptivo, é algo que vai permitir, depois de perfeitamente implementado, uma melhoria na qualidade de vida como, provavelmente, ou melhor, com certeza, não tiveram nas últimas décadas. E isto é algo que têm que ter sempre em mente porque, apesar das falhas que estão a existir nesta primeira fase de implementação, e é preciso notar que esta é uma fase de teste e que estão aqui um pouco a servir de cobaias, mas é necessário ser feito e, para o bom serviço de transportes na Área Metropolitana de Lisboa, é necessário que esta fase de teste exista. Os problemas estão a ser verificados, como já ouviram, a Área Metropolitana de Lisboa e a TML têm toda a disponibilidade para ouvir, para aprender e aprender com quem utiliza os transportes, com quem faz os transportes, e o mais importante que podem recolher daqui é esta disponibilidade para melhorar, para aprender e melhorar sempre, e isto é algo que é excepcional e, infelizmente, aqui nesta Assembleia Municipal, vêm muito poucas vezes.

Porque foram colocadas aqui muitas questões, sem dúvida justas, e ainda que nesta altura não utilize, infelizmente, transportes públicos, contacta com várias pessoas que trabalham maioritariamente em Lisboa e que utilizam a antiga 333, portanto a 4701, ou utilizam o barco, o autocarro e, às vezes, o comboio, e existem algumas questões que precisam de resposta, mas porque algumas delas já foram feitas, e, se calhar, vai repetir algo que já foi dito aqui, mas não ficou com esta resposta e acha que os munícipes merecem, perguntou, no caso específico da população da Moita, e muito especificamente aquela que vive no bairro São Sebastião, em que é necessário reforçar a oferta, se a questão dos

desdobramentos resolvia o problema e se era possível eles serem feitos num prazo de tempo suficiente curto para, rapidamente, terem a resposta a esta solicitação.

Outra questão que quis colocar, que só agora ouviu aqui, mas que muitos amigos seus já lhe colocaram, e até teria trazido uma imagem se soubesse que estava aqui um cavalete, tem a ver com a comunicação. Sabem que tem existido várias alterações nos horários, portanto, não é fácil ter um horário que corresponda à atualidade, mas é necessário que essas alterações sejam, de um modo eficaz, transmitidas às pessoas, especialmente àquelas pessoas que têm dificuldade em utilizar os meios digitais, pelo que perguntou de que modo é que a Carris Metropolitana, os Transportes Metropolitanos de Lisboa, está a pensar dar resposta a esta necessidade de comunicação que estão a sentir, não só neste lote em particular, que já se verifica, uma vez que, pelo que tem ouvido, é algo que também não está a ser fácil de fazer na zona do lote três.

Para terminar, não quis deixar de focar aquilo que é realmente essencial, que é o facto de este ser um passo gigantesco no serviço público de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, Isso nunca podem esquecer, e isto só aconteceu porque municípios e Governo, numa determinada altura histórica e política no país, permitiram que acontecesse, e isso é algo que têm que aprender para o futuro, porque, como disse, é algo que daqui a um, dois anos, assim espera, julgarão que é impossível voltar a acontecer.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Disse que já não estava mais nenhum deputado municipal inscrito, que ainda havia uma declaração política do Partido Socialista e uma moção da CDU para apresentar, mas o próprio também gostaria de intervir sobre este tema.

Pensa que o tema sobre os transportes da Área Metropolitana de Lisboa, e que realmente é verdade, porque quando publicou no Facebook e exortou as pessoas a virem aqui expor as suas ideias e colocar as suas questões, houve alguns que, não podendo vir, escreveram lá e disseram que, realmente, os barcos do Barreiro, da Soflusa, estão em completa degradação, não há investimento, e depois têm os hábitos da população, o que também percebe. Uma pessoa da Moita que dantes trabalhasse, por exemplo, no Parque das Nações, tinha que ir até lá acima à estação do comboio, que é longe, de comboio para o Barreiro, de barco para Lisboa, e depois, no mínimo, o metropolitano, fazia três ou quatro transportes, hoje, à porta de casa, tem o autocarro, mas não sabe se isto foi pensado e equilibrado no seu todo, ou seja, se o mapeamento e o conjunto alternativo de transportes que existe foi equilibrado.

Outra das coisas que foi aqui falada foi que a carreira 333 teve, realmente, problemas durante uma série de tempo, mas, tanto quanto é do seu conhecimento, foi resolvido e começou a haver autocarros suficientes para as pessoas, mas agora voltaram para trás. Às vezes, uma boa ideia, um bom projeto, pode morrer por uma má aplicação e isso é que não podem permitir, porque isto interessa a toda a gente, interessa à população, interessa ao desenvolvimento, interessa à economia e interessa ao ambiente, na medida em que permite, realmente, retirar as pessoas o mais possível do carro, mas as pessoas têm que ter uma qualidade mínima nos seus transportes.

No que concerne à Assembleia Municipal, irá falar com os líderes de bancada no sentido de realizarem um evento sobre a problemática dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa, com a presença de técnicos das várias áreas, ferroviária, metropolitano, rodoviária, etc., para poderem discutir este tema específico.

Espera que toda essa tecnologia que foi referida, até porque a sua formação e carreira sempre foi na área da informática, e sabe que, às vezes, há grandes projetos informáticos que se esquecem da usabilidade, ou seja, esquecem-se da iliteracia das pessoas e depois acabam por servir a muito pouca gente, seja realmente abrangente e que, como foi dito aqui por algumas pessoas, venham ao terreno ver com as pessoas, porque se os autocarros vierem com toda essa tecnologia para saberem quantas pessoas leva, a que horas chega e quantos vão deixando aqui, ali e acolá, mas não vir os que ficaram na paragem e que não entraram, vai ser complicado, porque parece que andou tudo bem, mas andou tudo bem para quem apanhou o autocarro, porque para aqueles que ficam lá fora longas horas nas filas o software não vai ajudar, porque não vai permitir captar nada disso, portanto, gostava que isso fosse tido em atenção, porque não há milagres.

## **Declaração Política do Grupo Municipal do PS proferida pela Deputada Ana Rita Neto**

“Carris Metropolitana

Passado um mês do arranque da Carris Metropolitana nos municípios da margem sul do Tejo, nomeadamente no município da Moita, é essencial esclarecer algumas narrativas que têm surgido em torno da implementação e arranque da Carris Metropolitana.

Quase de forma constante, é construída uma fábula em torno deste assunto, onde a Câmara Municipal é acusada de inércia e inoperância perante os problemas que têm surgido na prestação de serviços de transportes por parte da Carris Metropolitana.

Pois bem, não é porque insistimos muitas vezes numa inverdade que ela se tornará uma verdade absoluta. Antes pelo contrário obriga os envolvidos nessa narrativa a esclarecer os demais.

Foi então neste intento e por forma a clarificar quer a população da Moita, quer os senhores deputados municipais, que a bancada do Partido Socialista incitou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a chamar aqui hoje o senhor Primeiro-Secretário Metropolitano e igualmente os representantes do Conselho de Administração da Transportes Metropolitanos de Lisboa, a prestarem esclarecimentos nesta Assembleia.

Dito isto, e tendo a bancada do Partido Socialista plena consciência do trabalho que tem sido desenvolvido por parte do executivo municipal, nomeadamente pelo senhor Presidente da Câmara, gostaria esta bancada, e em nosso entender, todos os presentes nesta sala e os que nos assistem através dos canais online, que vossas excelências nos esclarecessem do porquê deste projeto, que se quer como algo que venha a acrescentar valor na prestação de serviços de transportes e facilitar a mobilidade das populações, não está, de facto, a resultar.

Gostaríamos, de forma objetiva e sem rodeios, que nos fosse clarificado o porquê do lote 4 ter arrancado e terem sido dadas garantias de funcionamento com qualidade e, pelo que vemos, existem problemas estruturantes na prestação de serviços.

Desde a fase de estudo deste projeto até à presente data, que a Câmara Municipal tem sido um parceiro de proximidade, quer na disponibilidade financeira, quer na cooperação pelo diálogo.

Desde outubro de 2021 até a data de arranque da Carris Metropolitana, que este executivo municipal tem sido um parceiro consistente.

Foram feitas cerca de 7 reuniões, onde o senhor Presidente da Câmara da Moita sempre disse presente, onde a tônica do discurso por parte do Partido Socialista foi qualidade e proximidade.

Considerando isto, afinal, de quem é a responsabilidade dos problemas subjacentes ao arranque da Carris Metropolitana?

De forma clara, vamos assumir que os serviços não estão a ser corretamente prestados, e se há que apurar responsáveis, não podemos, de forma honesta e com espinha dorsal, apontar o dedo à Câmara Municipal.

Após o arranque do lote 4 a dia 1 de junho, que este executivo é acusado de inoperância, de não estar atento, de não incitar à resolução de problemas. Pois sejamos honestos, desde o arranque deste projeto que o executivo já chamou à responsabilidade, várias vezes, a AML e a TML para a necessidade de resolver, de forma urgente e célere, todos os problemas, de resolver a inexistência de carreiras, de resolver os problemas com os horários. Afinal, o que mais pode fazer a Câmara Municipal?

Em abono da verdade, quer a Câmara Municipal, quer o Partido Socialista, estão disponíveis para cooperar desde que isso se traduza na melhoria da qualidade dos serviços prestados à nossa população, mas não está em si a capacidade de resolver.

A Câmara Municipal é parceira da AML e da TML. Como parceiro, cumpriu o seu trabalho, honrou os seus compromissos, foi um representante sério dos interesses do município e da sua população, portanto, de forma transparente, vamos clarificar todos os presentes e, sobretudo, os utentes deste serviço de transportes, que, na verdade, são os principais visados. Queremos saber qual é o caminho, como pretendem fazer para resolver os problemas e para quando essas soluções.

Não estamos hoje aqui para apurar culpados, nem criar falsos testemunhos ou alimentar fábulas e narrativas estéreis. Estamos aqui para garantir que a população tem o melhor serviço de transportes possível, um serviço prestado com qualidade, com eficácia, sem falhas e incumprimentos, que muito abalam a vida das famílias. Estamos aqui para continuar vigilantes sobre o trabalho da Câmara Municipal e, sempre que necessário, incitar a que se faça mais e melhor, mas, acima de tudo, queremos a população com o melhor serviço possível, um serviço que dignifique os utentes da Moita e todos aqueles que utilizam o transporte público.”

## Deputado João Apolónia do Grupo Municipal da CDU

### “MOÇÃO

#### AVANÇAR – POR MAIS E MELHORES TRANSPORTES

Considerando que:

Temos vivido nos últimos anos, com incidência na Área Metropolitana de Lisboa (AML), significativos avanços na democratização dos transportes públicos;

Contrariando uma lógica de desvalorização do transporte público e de privatizações que a Lei nº 52/2015, que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros orienta, em 2019 foi possível avançar com uma solução tarifária mais barata, permitindo uma muito significativa redução do custo suportado por cada família que alargou a mobilidade oferecida pelo Passe Social Intermodal e atraiu mais gente aos transportes públicos;

A solução, objeto de luta e reivindicação das populações, dos trabalhadores do setor e do Poder Local durante dezenas de anos, foi construída envolvendo os municípios e o Governo, e não poderia ser de outra forma;

A implementação do Passe Social Intermodal, com uma significativa redução do preço, e com um acesso mais simplificado ao transporte público, atraiu mais utentes, reduziu a utilização do transporte individual e as emissões de CO2;

Operando uma revolução nos transportes, a redução tarifária permitiu prosseguir a perspetiva de continuar a avançar numa lógica integrada e reforçada dos transportes em toda a região da AML, procurando garantir mais e melhor mobilidade, mais e melhor ambiente, transportes públicos mais acessíveis e mais baratos;

A criação da Empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) integra a persecução destes objetivos;

O contexto atual, ao qual os municípios são alheios, de aumento significativo do preço dos combustíveis e, em geral, do custo de vida, colocam novas exigências e dificuldades acrescidas;

Aberta a possibilidade de proceder à contratação de serviço público rodoviário de passageiros, a partir da AML e com forte participação dos municípios, foi encetado um caminho, sem estar livre de complexidades e exigências, para a implementação de uma operação rodoviária integrada, alargada e inovadora em todos os concelhos que compõem a AML;

Essa operação teve início no passado dia 1 junho, abrangendo primeiramente os concelhos integrados no Lote 4 do concurso público internacional, nomeadamente Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal. Uma operação contratada pela TML à empresa Alsa Todi. Um lançamento que ainda refletiu problemas antigos e conheceu no seu arranque dificuldades e falhas;

Os problemas identificados no arranque, para a além da exigência de os ultrapassar o mais rapidamente possível, obrigam a prevenir o aparecimento problemas similares nos outros lotes e a antecipar novos problemas decorrentes da área da operação e das necessidades da população;

Os utentes e as populações não podem ver regredir os avanços alcançados, nem que as suas justas expectativas sejam goradas. É possível, como é necessário, que as empresas operadoras possam antever e prevenir e resolver problemas na operação, garantindo a melhoria da fiabilidade, da comodidade e da eficácia para qual esta operação está desenhada e que dela resultará.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 30 junho de 2022, recomenda à Câmara Municipal da Moita que no quadro da sua integração e participação na AML, e em conjunto com os restantes municípios que a compõem, pugnar:

- 1) pela tomada de medidas para que a empresa Alsa Todi cumpra integralmente os horários, as carreiras e os percursos contratados;
- 2) efetuar o acompanhamento necessário, para que o operador procure a tempo debelar problemas e imprevistos, procedendo a ajustes e acertos verificados como necessários;
- 3) pela verificação do cumprimento das responsabilidades do operador na prestação do serviço público de transporte de passageiros e na defesa dos direitos dos trabalhadores;
- 4) para que a TML / Carris Metropolitana venha a acionar junto do operador as cláusulas contratuais, previstas no Caderno de Encargos da concessão, pelos incumprimentos verificados;
- 5) pela planificação cuidada da informação e da comunicação (horários, carreiras, percursos) junto dos utentes, com particular atenção para as camadas da população que têm mais dificuldades de acesso aos serviços digitais.

Por ultimo reitera-se que apesar das dificuldades iniciais sentidas, é reconhecido o compromisso assumido pelos municípios da AML com as populações, a sociedade e o ambiente e que se pretende implementar com a criação da Carris Metropolitana, com a implementação de um sistema de transporte público rodoviário, moderno, seguro, acessível, funcional e ambientalmente evoluído, mas que para isso o sistema terá de funcionar de modo regular e sem falhas.

Os Eleitos da CDU”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Disse que, grosso modo, lhe parece estarem de acordo, mas o que não podem dizer é para ser a Câmara a ir pugnar junto da Alsa Todi, porque a Câmara não tem qualquer relação com a Alsa Todi, senão, para isso não existia a TML A TML é a empresa que, no conjunto dos municípios, têm essas incumbências, pelo que pediu que corrigissem isso, porque não faz sentido, uma vez que não é a Câmara que tem de pugnar junto da Alsa Todi, mas sim a TML.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Pensa que estão alinhados na ideia e que se trata apenas de uma questão de semântica, porque aquilo que é dito é “recomenda à Câmara Municipal da Moita que no quadro da sua integração e participação na AML, e em conjunto com os restantes municípios que a compõem, pugnar:”, ou seja, é pugnar no quadro da sua integração na AML, enquanto instituição que faz parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa, “pela tomada de medidas para que a empresa ALSA TODI”. Se o senhor Presidente acha que fica mais correto “pugnar junto da TML”, não veem mal nessa alteração.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Disse que até poderiam pedir a ajuda dos convidados, mas, no âmbito das competências das câmaras e da AML, julga que podem pugnar junto da TML, e que acaba por ser o que estão a fazer aqui hoje, e a TML sim é que pode pugnar junto da Alsa Todi pelo cumprimento, aliás, como foi referido pelo senhor Carlos Humberto, quanto à aplicação de penalizações por não cumprirem com aquilo que está contratualizado.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Pedindo desculpa pelo diálogo e pela interrupção, disse que a ideia não é que a Câmara pugne diretamente junto à empresa, embora na qualidade de cliente, naturalmente, possa sempre dirigir-se ao prestador de serviços enquanto o órgão que representa a população da Moita, mas não é nesse sentido que está, e estão perfeitamente de acordo que é no quadro da AML, ou da TML, se assim preferir, e reiterou que não viam nenhum mal nessa alteração.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Sobre isto apenas quis sugerir que nesse parágrafo que começa “Assim, a Assembleia Municipal da Moita (...)” e acaba “(...) que a compõem, pugnar: (...)”, acrescentaria apenas “junto da TML”, mantendo tudo o resto como está.

#### **Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS**

Sobre esta moção, que propõe que a Câmara venha a pugnar alguns pontos, disse que no seu primeiro ponto refere “pela tomada de medidas para que a empresa Alsa Todi cumpra integralmente os horários, as carreiras e os percursos contratados”, mas isto é papel dos Transportes Metropolitanos de Lisboa. No segundo ponto diz “efetuar o acompanhamento necessário, para que o operador procure a tempo debelar problemas e imprevistos” etc., etc., o que compete aos Transportes Metropolitanos de Lisboa. O ponto três compete aos Transportes Metropolitanos de Lisboa, pelo que, quanto a si, nesta moção só os pontos

quatro e cinco e o último parágrafo é que estão corretos, tudo o resto é da responsabilidade dos Transportes Metropolitanos de Lisboa, logo, não vê como é que podem querer que seja a Câmara a pugnar. Pedindo desculpa, disse que não compreendia esta moção e que, na sua opinião o primeiro, o segundo e o terceiro pontos não estão cá a fazer nada, porque não têm que responsabilizar a Câmara, portanto, quanto a si, ficam apenas o quarto e quinto pontos e o último parágrafo.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Pedi a palavra para dizer que compreendia a intervenção do deputado Daniel Justo, mas que não estava de acordo com ela por uma razão muito simples, é que pensa que a moção como está, com a alteração que foi proposta e que a CDU aceitou, está boa e também pensa que, independentemente de todas as consequências e de quem é o responsável, quem é afetado são os cidadãos do concelho, portanto, a Câmara Municipal tem todo o direito de não falar diretamente com o operador, e está perfeitamente de acordo com isso, mas deve falar com a TML para que intervenha nestas situações. Aliás, é o que têm estado aqui a fazer e tem estado a correr bem, as pessoas que estão aqui à sua frente têm estado a aperceber-se dessa situação, portanto, no fundo, o que esta moção diz é para se continuar o trabalho que estão aqui a fazer, no caso, a Câmara Municipal junto da TML.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Disse que, na sua opinião, pensa que a sugestão do deputado António Chora cabe no ponto um, é evidente que poderiam arranjar uma outra redação um pouco mais explícita. De qualquer das formas, sobre o ponto três, disse que, claramente, não é à Câmara que cabe a verificação do cumprimento das responsabilidades do operador, é à TML, logo não faz qualquer tipo de sentido e devem tentar arranjar uma redação mais clara, que não ofereça qualquer dúvida, que não confunda .o que são as responsabilidades da Câmara e da TML, pelo que pediu para fazerem esse esforço no sentido de conseguirem ultrapassar isso.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Em resposta à intervenção anterior disse que achava que a proposta feita pelo deputado António Chora esclarecia perfeitamente essas dúvidas, porque onde diz “pugnar” estão a juntar, antes dos pontos, “pugnar junto da TML”. Não é a Câmara diretamente com o operador, e sabem que não é responsabilidade da Câmara ir junto do operador, é a Câmara interceder, principalmente, junto da empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Confirmou que também estava de acordo, uma vez que a sugestão do deputado António Chora era aceitável.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção disse que ia submeter a moção a votação, e que depois daria novamente a palavra ao Primeiro-Secretário da AML e aos senhores administradores da TML, uma vez que os deputados municipais colocaram questões às quais ainda não lhes foi da oportunidade para responder.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo catorze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, passou a palavra ao Primeiro-secretário da AML e aos senhores administradores da TML, para prestarem os esclarecimentos solicitados.

### **Presidente do Conselho de Administração da TML, Eng.º Faustino Gomes**

Disse que ia ser muito breve e que ia falar em *bullets* e em coisas muito concretas, primeiro para que não fique a ideia que não estão todos os dias no terreno, porque estão todos os dias no terreno e têm formas não só de as suas equipas estarem no terreno, como têm formas de reporte do que está a acontecer e, naturalmente, sabem a dimensão das filas de pessoas que estão a ficar nas paragens, porque têm essa percepção.

Quis também dizer que o desenho da rede foi altamente participado, e não só com o operador, porque numa fase inicial foi altamente participado com todos os municípios, e também porque o desenho da rede foi partilhado desde a fase do concurso até esta fase final.

Relativamente à informação ao público quis dizer que há algumas coisas que são responsabilidade do operador, outras coisas não são responsabilidade do operador, nomeadamente, no que diz respeito aos abrigos, porque para o operador poder colocar a informação tem que ter nos abrigos os suportes associados a isso, e essa não é uma responsabilidade do operador ou da TML, mas estão a trabalhar no sentido disso ser resolvido, uma vez que a responsabilidade é de quem gere os abrigos e que, nuns casos, é uma empresa contratada ou subcontratada para isso, ou da câmara municipal ou até, nalguns casos, de freguesias. Não sabe qual é o caso específico da Moita, mas estará numa destas três circunstâncias.

Relativamente àquilo que é a oferta que está no terreno e que amanhã vai estar no terreno, uma vez que lhes foi perguntado concretamente qual era parte da solução, e isto já é parte da solução porque boa parte da oferta que vai estar amanhã no terreno corresponde a mais circulações do que aquilo que hoje existia, ou que existia no formato dos TST, portanto, amanhã já terão mais circulações do que as circulações que hoje existem. Naturalmente, sabem que isto só se resolve monitorizando muito bem e atuando, portanto, monitorizar e atuar é o seu posicionamento e, neste momento, é monitorizar, perceber onde é que estão a acontecer os problemas e atuar relativamente a isso, mas amanhã já haverá mais autocarros, mais circulações, mais horários do que havia na altura dos TST. Também percebem que a fiabilidade é um ponto muito importante para garantir às pessoas que o autocarro vai chegar e que vai chegar na altura certa, e daqui a quinze dias terão as tais ferramentas que os apoiarão para poderem perceber essa fiabilidade e poderem atuar nesse sentido.

Relativamente à usabilidade que aqui foi referida, disse que não foram os próprios que os desenharam, pediram apoio a empresas especializadas no sentido da leitura dos postaletes e dos contrastes, da leitura das cores por parte de pessoas daltónicas, portanto, esse trabalho foi feito e tiveram esse cuidado. Podem achar que não foi feliz, mas esse trabalho foi feito desta forma.

Relativamente à lógica do funcionamento antecipado, já ouviu dizer, e não gosta nada quando ouve dizer que as pessoas deste lote foram cobaias, porque não foram cobaias deste processo. Neste processo foi julgado necessário e foi julgado ser bom fazerem um teste, mas também as pessoas deste lote passaram a ter o acesso aos autocarros primeiro, passaram a ter a possibilidade de aceder a um serviço da Carris Metropolitana, que entendiam ser um serviço melhor do que aquilo que as pessoas tinham. Estão a fazer o processo, este é o primeiro mês de oitenta e quatro meses de contrato, e é importante terem esta referência porque têm um contrato de sete anos, portanto, um contrato muito longo, e sendo este o primeiro mês é, de facto, um mês de acertos.

Reiterou que estão muito preocupados com cada uma das pessoas que fica na paragem, e não vão esquecer isso, mas este é um processo que é um processo de aprendizagem, e partiram da rede existente, não tiveram invenções nem resolveram redescobrir a roda. Olharam para as redes, e esta é uma rede que corresponde a um processo muito participado, e muito participado com os municípios, com discussões acesas no sentido de a rede estar adaptada àquilo que eram as necessidades dos municípios, portanto, todo este processo foi um processo participado. Naturalmente, neste momento, estão a verificar que houve opções que tomaram que lhes pareciam as corretas, baseados na informação que tinham, que não são as mais corretas, pelo que as estão a corrigir, e era isto que, de uma forma muito breve, queria transmitir e pensa que a todos dará o conforto de saberem que não vão ficar a chorar sobre aquilo que aconteceu, que estão conscientes do que aconteceu, que sabem os passos que têm que dar para melhorar as coisas e que é este o seu compromisso.

### **Primeiro-Secretário da Comissão Executiva da AML, Sr. Carlos Humberto**

Disse que também ia tentar ser breve, e agradecer, mais uma vez, o facto de lhes terem solicitado que estivessem aqui a sublinhar que o objetivo principal deste projeto, que é mais amplo do que aquilo que estão hoje aqui a tratar, como verificaram, são as pessoas que utilizam os transportes e ampliar o direito

à mobilidade, e esse é um objetivo central. É preciso ir fazendo o caminho, ir retificando o que está incorreto, e reconhecem algumas insuficiências, deficiências e necessidades de novas intervenções.

Como calcularão, não comenta posições partidárias e políticas, porque não está aqui nessa função, está aqui como representante da Comissão Executiva, e da Área Metropolitana no seu conjunto, e não lhe cabe a si comentar intervenções, tomadas de posição, declarações, etc., e não o vai fazer, mas sublinhou uma coisa que já disse e que disse em múltiplos locais, em múltiplas intervenções, e que é uma questão absolutamente central na sua opinião, é que este projeto foi construído com dezoito presidentes de câmara, este projeto foi construído com presidentes de câmaras de vários partidos, este projeto só foi construído e só chegou até aqui, como há pouco uma senhora dizia que passou de pagar cento e vinte euros para quarenta, porque os municípios, independentemente das suas posições partidárias, consideraram que este é um projeto acima dos partidos e para além dos partidos, um projeto em que todos os partidos se reveem e, se não continuarem a defender este projeto desta maneira, garantidamente põem em causa o projeto.

Este não é um projeto de nenhum partido, este é o projeto dos municípios e, de facto, financiado pelo Estado central, portanto, e sublinhou isto como uma questão central e essencial, se querem que o projeto vá para frente têm que continuar, independentemente das posições políticas e partidárias, e o próprio também tem as suas. e que as assume, mas têm que perceber que esta é uma questão que exige o consenso alargado de todas as forças políticas e de todos os intervenientes no processo. Que é um processo com problemas, é, que é um processo no qual não deixam de assumir as suas responsabilidades, sim, e teve a oportunidade numa reunião com o senhor Presidente, que não vai repetir, de falar sobre esta matéria de forma mais direta, mas quis também dizer que, individualmente e coletivamente, os órgãos da Área Metropolitana assumem todas as insuficiências, deficiências, erros e assumem todas as responsabilidades, mas não assumem só do que é mau, assumem do mau e assumem do bom, e o próprio, individualmente, assume do ponto de vista negativo e do ponto de vista positivo.

Quanto às questões concretas sublinhou que os horários da Carris Metropolitana nunca entraram em vigor. Os horários da Carris Metropolitana, se tudo correr como esperam, e já não é amanhã, já é hoje, vão entrar em vigor pela primeira vez hoje, e estes horários têm, na carreira que aqui foi falada, na 4701, mais frequências e mais lugares disponíveis. Podem dizer que ainda é insuficiente e, se calhar, têm razão, e se for insuficiente têm que tentar que o operador responda com mais, portanto, quando disse que havia propostas viáveis, sim há propostas viáveis daquelas que aqui foram postas, por exemplo, de haver mais carreiras e de, em vez de começarem no Vale da Amoreira, começarem na Moita ou começarem um bocadinho mais à frente. Acha que isto são propostas viáveis que têm que pôr ao operador, mas parecem-lhes propostas viáveis.

Relativamente ao que aqui foi referido sobre a junta de freguesia não ter contato da TML, disse que bastava que no final desta reunião, ou através de mensagem, lhes passassem o contato porque ainda hoje tiveram intervenções com mais do que um eleito de juntas de freguesia.

Já agora, e apesar de ser uma questão de pormenor que não interessa, disse que a Câmara não contribuiu com novecentos mil euros, contribuiu com setecentos e noventa e dois mil euros, o que não sendo relevante, é factual.

Quanto aos horários que estarão em funcionamento a partir de amanhã disse que já seguiram para os municípios, seguiram para algumas freguesias e se, eventualmente, não chegaram pediu que lhes dissessem para que cheguem ainda amanhã, e acha que é indispensável que cheguem.

Para terminar, quis dizer, e aqui não tem dúvidas em falar em nome dos órgãos da AML, que a AML, no seu todo, reafirma a importância deste projeto que falaram, a AML lamenta as insuficiências e as deficiências detetadas, em concreto, na área quatro, a AML vai exigir dos operadores que cumpram com as suas obrigações, tal como o documento que foi aprovado refere, e a AML garante que tudo fará para que esses problemas sejam, no imediato, alguns no curto e no médio prazo, ultrapassados.

Por último, agradeceu, mais uma vez, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal da Moita por os apoiarem, como ficou aqui claro, e por os receberem, e disse que estavam à disposição para o que fosse necessário.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em nome da Assembleia Municipal, uma vez que tem a certeza que é extensível a todos os seus deputados municipais, agradeceu aos senhores convidados pela sua presença, pela sua coragem para enfrentar, e reiterou que se estivessem em causa transportes privados não estaria aqui, de certeza, nenhuma



administração, porque sendo pessoas ligadas ao serviço público, também à política, independentemente das posições que tiveram, estão aqui, e tem a certeza e confia que terão a sensibilidade suficiente para, rapidamente, atacar os problemas, olhando para aqueles que são de maior impacto, como se falou aqui, o da carreira 4701, bem como para as outras questões abordadas.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Atendendo ao adiantado da hora, propôs a alteração da Ordem do Dia, passando o seu ponto 3.10 a 3.1, para que fosse apreciado e votado nesta sessão, uma vez que, por lapso, não foi remetido à Assembleia Municipal aquando da sua aprovação pela Câmara Municipal, e para que as juntas de freguesia do município possam operar na devida legalidade.

Submetida a **alteração** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

### **3.1 - Manutenção dos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia**

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 12/01/2022:

“No dia 01 de maio de 2018, entraram em vigor os Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho da Moita.

Ficou previsto que o seu período de vigência coincidiria com a duração do mandato do órgão deliberativo do município.

Na deliberação n.º 05/XIII/2021, da reunião de câmara realizada a 10 de novembro de 2021, deliberou-se a manutenção dos protocolos até final do ano de 2021.

Urge, por isso, deliberar sobre a manutenção desses protocolos.

Nos termos e pelos fundamentos que antecederem proponho que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

1. Manter em vigor os protocolos de delegação de competências nas juntas até à celebração dos autos de transferência de competências.
2. Consequentemente ratificar todos os atos de execução financeira que tenham sido praticados até à presente data, decorrentes dos protocolos em apreço tendo em vista acautelar-se o princípio da legalidade da despesa.
3. Remeter a presente proposta à próxima sessão da Assembleia Municipal para os efeitos das alíneas j) e k) do n.º 1 do Art.º 25.º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, tendo em vista a sua aprovação.”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Na ausência momentânea do Presidente da Câmara perguntou à Vice-presidente da Câmara Municipal se pretendia apresentar a proposta, tendo sido manifestado que não seria necessário, uma vez que a prorrogação dos protocolos que estavam em vigor foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal e que, por lapso dos serviços, atendendo à realização de eleições em janeiro, bem como por um surto de Covid bastante grande, se descobriu por acaso.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

**Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Pedi a palavra apenas para dizer que não se “descobriu por acaso”, mas sim porque colocou essa questão na sessão anterior.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Confirmou, fazendo justiça, e agradeceu ao deputado João Figueiredo.

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Perante o adiantado da hora, em conformidade com o nº2 do artigo 27º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, informou que se suspendia a sessão, sendo os restantes pontos do período anterior à ordem do dia e do período da ordem do dia protelados para uma segunda reunião da presente sessão, a realizar no próximo dia 5 de julho de 2022.

Em seguida deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

**A ata em minuta da presente sessão foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, era uma hora e dez minutos do dia um de julho de 2022.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.